

ANO 8 - NÚMERO 106 - AGOSTO 2023

lapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 30



MARGARIDAS EM LUTA: FOI BONITA A MARCHA, PÁ!

p. 08

HISTÓRIA SOCIAL
A bomba de Deus

p. 21

ECOLOGIA
Mangabeiras em flor

p. 27

MEIO AMBIENTE
Cúpula da Amazônia:
um rasgo de esperança
p. 28



JUNTOS

A GENTE FAZ
O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.



CONHEÇA A CAMPANHA
E FAÇA SUA DOAÇÃO!



**Aponte a sua câmera para
o QR Code e doe via PIX:**
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das
Associações do Pessoal CEF

**Ou doe via transferência
bancária: Agência: 1041,
Op.: 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das
Associações do Pessoal CEF**



Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da Xapuri lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a Xapuri 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agonizando com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da Xapuri, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da Xapuri 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitim.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Lúcia Resende
Revisora



Emir Bocchino
Diagramador



Maria Leticia Marques
Redatora



Igor Strochit
Diagramador



Geovana Vilas Bôas
Assistente Administrativa



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Zezé Weiss
Editora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.814.-500 - Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



Este mês fechamos nossa edição 106 sob a emoção da caminhada de mais de 100 mil mulheres do campo, da floresta e das águas na 7ª Marcha das Margaridas.

Foi bonita a festa, pá! O jeito que encontramos para celebrar o sucesso da Marcha de tantas mulheres em luta "pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver" foi colocar as Margaridas na nossa capa de agosto.

Também neste mês alvissareiro, sociedade civil e governos dos oito países amazônicos se encontraram nos Diálogos Amazônicos e na Cúpula da Amazônia, em Belém do Pará, para buscar soluções para a proteção da Amazônia, antes que a maior floresta tropical do planeta entre em seu ponto de não retorno. Nosso conselheiro Gilney Viana produziu um excelente balanço da Cúpula, também incluído nesta edição.

O resto é esperar com fé a chuva do pequi, no mês do Cerrado, que é setembro. Por aqui está uma segura danada.

Boa Leitura!



Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - AGOSTO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Bela Gil** – Culinarista. **Bia Abramo** – Jornalista. **Bia de Lima** – Parlamentar. **Caetano Scannavino** – Empreendedor Social. **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Emir Sader** – Jornalista. **Flávia Perez** – Jornalista. **Geovana Vilas Bôas** – Assistente Administrativa. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Strochit** – Designer. **Iolanda Rocha** – Educadora Socioambientalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Professor. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Manuela Carneiro da Cunha** – Antropóloga. **Maria Leticia Marques** – Pesquisadora. **Mauro Almeida** – Antropólogo. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Sldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andréa Luísa Teixeira** - Professora. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Ângela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Fernando Neto** - Empreendedor. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora (*in memoriam*). **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noletto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Paulo Valério Silva Lima** - Professor. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista.
Iêda Vilas- Bôas - Escritora.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD. **Rafael Oliveira** - Membro do Conselho Gestor.



Xapuri 106

SOCIOAMBIENTAL

AGO 23

08 **CAPA**
Margaridas em luta:
Foi bonita a marcha, pá!

20 **CONJUNTURA**
O passado e o futuro da
América Latina

15 **BIODIVERSIDADE**
*Camellia Sinensis, Camellia
Japonica, Camélia Ôdôdô*

21 **HISTÓRIA SOCIAL**
A bomba de Deus

18 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Agosto: mês das juventudes

19 **CULTURA**
Precisamos falar sobre
Barbie, o filme?

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

27 **ECOLOGIA**
Mangabeiras em flor

40 **RESISTÊNCIA INDÍGENA**
Mulheres indígenas no *front*

28 **MEIO AMBIENTE**
Cúpula da Amazônia:
um rasgo de esperança

42 **MITOS E LENDAS**
A história do vento

36 **POLÍTICA**
O curral vermelhou:
salvando o Brasil?

44 **SUSTENTABILIDADE**
Nosso futuro está ameaçado

39 **FOTOGEOGRAFIA**
As verrugas geladas que
temperam águas e solo

48 **AMAZÔNIA**
O verdadeiro valor do petróleo
da foz do Amazonas



MARGARIDAS EM LUTA: FOI BONITA A MARCHA, PÁ!

Zezé Weiss

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome.”

Margarida Maria Alves

O dia era 12 de agosto de 1983. Passava um pouco das 17 horas na comunidade de Alagoa Grande, no Brejo da Paraíba, na Região Imediata de Campina Grande, quando um tiro de escopeta calibre 12, disparado por um pistoleiro a mando do latifúndio, tirou a vida da líder camponesa Margarida Maria Alves, no portão de sua casa, na frente de seu marido e de seu único filho, José de Arimateia, que tinha apenas 8 anos de idade.

Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933 e morreu poucos dias depois de completar 50 anos. Ela lutava pelos direitos básicos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, como carteira de trabalho assinada, jornada de trabalho de oito horas, férias e 13º salário. Depois de 12 anos à frente do Sindicato de Alagoa Grande, em seu discurso-denúncia do dia 1º de maio, em Sapé, na Paraíba, Margarida parecia antever o crime político cometido contra ela para calar, de vez, a sua voz.

Entretanto, como por vezes acontece, no lugar do silêncio, o chumbo que esgarçou o rosto de Margarida fez brotar belas sementes de esplendorosas margaridas, que seguem bordando o campo brasileiro com extraordinários exemplos de luta pela reforma agrária, pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver do povo brasileiro.

Ainda hoje, 40 anos depois de seu assassinato, “uma mulher camponesa sindicalista, uma grande liderança e uma pessoa

que vivenciou importantes transições na igreja e no movimento sindical”, no dizer da historiadora Ana Paula Romão, Margarida Maria Alves continua inspirando milhares de mulheres brasileiras a lutarem por seus direitos.

São essas mulheres do campo, da floresta e das águas, e muitas também das cidades que, desde 2000, a cada quatro anos, organizam uma grande Marcha, com milhares de mulheres-margaridas vindo a Brasília para defender uma pauta política, construída coletivamente em todos os rincões do Brasil.

Fundadora do Movimento Mulheres do Brejo, do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural junto a Paulo Freire, em sua Paraíba natal, é o exemplo de

Margarida Maria Alves, traduzido em seu discurso-denúncia de 1983, que move tantas mulheres para a luta coletiva no Brasil inteiro.

**DISCURSO-DENÚNCIA DE
MARGARIDA MARIA ALVES
1º de maio de 1983 – Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras**

“No campo e na cidade, queremos liberdade. Companheiras de Alagoa Grande (PB), do Brasil e da América Latina, nós estamos aqui para denunciar as irregularidades no campo e na cidade contra os trabalhadores.

A prepotência dos proprietários de Alagoa Grande estão oprimindo a diretoria do Sindicato e, ainda na última sexta-feira, recebemos



Foto: divulgação



Foto: divulgação

ameaças dentro de nossa sede, mas eu quero dizer a vocês que nós não tememos qualquer ameaça e que nós vamos até o fim em luta por melhores condições de vida para os trabalhadores – doa isso a quem doer, goste quem gostar.

Da luta eu não fujo, porque entendo que é melhor morrer na luta do que morrer de fome. Fiquem certos, trabalhadores, que mais fácil será saber que nós tombamos do que vocês ouvirem dizer que nós fugimos correndo. Dizem os proprietários de Alagoa Grande que nós estamos invadindo as suas propriedades – invadindo estão eles!

Denuncio em bom e alto som: invadiram os direitos dos trabalhadores. Precisamos que vocês cerquem fileiras do nosso lado porque a situação está cada vez pior. Eu quero pedir que, quando vocês voltarem para as vossas casas, lembrem-se e rezem por aqueles que já tombaram na luta, rezem também por aqueles que estão na luta, enfrentando a ameaça dos poderosos, na frente da batalha.

Não poderia calar diante de tudo isso e, se assim eu fizesse, um líder teria só um nome de líder porque a ninguém é dado o direito de baixar a cabeça, cruzar os braços, ficar calado diante de uma calamidade pública. Por que vamos cruzar os braços se a

fome bate na porta do povo?

Deus não deixou escritura para ninguém não, Deus deixou a terra para os seus filhos, e hoje ela tá na mão de um grupinho muito pequeno – esse grupinho é o latifundiário, o usineiro, o senhor de engenho. Vamos dizer um não para esses proprietários que têm tudo e querem tudo para eles. Não os pago e é por isso que todo mundo está morrendo de fome. 🗣️

MARCHA DAS MARGARIDAS

Entre os dias 15 e 16 de agosto, mais de 100 mil margaridas marcharam em Brasília, o centro do poder do país, na sétima edição da Marcha das Margaridas.

Cada uma delas, a seu modo, veio a Brasília para, em memória de Margarida Maria Alves, seguir lutando contra a pobreza, contra a fome, contra a violência, contra todos os tipos de exploração e violência no campo, na floresta, nas águas – e também nas cidades.

Mazé Morais, secretária de mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrários (Contag) e coordenadora geral da Marcha, assim define o sentimento coletivo:

"Margarida Maria Alves vive em cada uma de nós mulheres do campo, das florestas e das águas.

Ela nos inspira a continuar lutando, defendendo os nossos direitos e enfrentando todos esses desafios que temos no dia a dia."

No ano 2000, cerca de 20.000 mulheres vieram a Brasília. Nas edições seguintes, realizadas nos anos das edições seguintes de 2003, 2007, 2011 e 2015, esses números continuaram crescendo.

Em 2019, foram mais de 100 mil; em 2023, outra vez, mais de 100 mil mulheres marcharam em Brasília. Os dados são da Contag, entidade organizadora de todas as marchas.

MULHERES EM MARCHA

"Para nós, mulheres do campo, da floresta e das águas, a Marcha das Margaridas tem sido um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias.

Desde o seu surgimento, há exatos 23 anos, essa ação coletiva tem demonstrado uma grande capacidade de proposição e mobilização, hoje amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação de mulheres no Brasil e em toda a América Latina.

O documento que apresentamos, [em junho de 2023] contém a pauta de reivindicações das mulheres do campo, da floresta e das águas para a 7ª Marcha das Margaridas, [que teve como lema]: PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E PELO BEM-VIVER.

Ele é fruto de diálogos estabelecidos com organizações e movimentos sociais, articulados em torno da Marcha das Margaridas, a partir de uma Plataforma Política construída coletivamente, que revela os nossos sonhos, os nossos quereres e a utopia que nos move em direção à transformação da sociedade.

No documento, apresentamos um conjunto de proposições as quais consideramos fundamentais para seguirmos marchando no sentido dessa transformação e da

(re)construção de um Brasil que tenha como horizonte o Bem-Viver.”

MUITAS MULHERES EM UMA

“Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, jovens, negras, lésbicas, trans, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, apanhadoras de flores, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, coletoras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, retireiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedeadas, geraizeiras, entre tantas outras representadas pela Contag e pelo conjunto das organizações parceiras que compõem a Marcha das Margaridas.

Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios que, por sua vez, abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar e camponesa! Produzimos alimentos saudáveis. Promovemos a segurança alimentar e a preservação das sementes crioulas, dos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiãs dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade!

Em MARCHA, tecemos nossas experiências de vida e de resistência, unindo muitas bandeiras de luta em um só movimento.”

MUDAR O MUNDO PARA MUDAR A VIDA DAS MULHERES

“Nos guiamos pelos princípios de um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal,

que reflete cada uma de nossas realidades. Um feminismo construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado ao longo de gerações.

Um feminismo que valoriza a vida, vinculado à defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos. Queremos construir um Brasil sem fome e sem violência, que garanta a soberania dos povos sobre suas terras e territórios, que promova a produção e o consumo de alimentos saudáveis, a partir do uso e manejo sustentável dos agroecossistemas, que reconheça o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida.

Acreditamos que é preciso mudar o mundo para mudar a vida



Foto: divulgação/ Marcelo Camargo/ Agência Brasil

das mulheres e que somente com transformações estruturais será possível alcançar uma sociedade do Bem-Viver. Isso envolve luta, resistência e muito diálogo! Os pontos centrais dessa luta estão expressos em nossa pauta de reivindicações.

DIREITOS CONQUISTADOS

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais, a titulação conjunta obrigatória, a revisão dos critérios das famílias, o acesso ao crédito e à aposentadoria aos 55 anos são algumas das conquistas alcançadas pelas Margaridas com suas marchas para Brasília.

As Margaridas também conseguiram: a criação da Coordenadoria de Educação no Campo; a constituição de Grupo de Trabalho para a Educação Infantil no Campo; a criação do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; e a entrega de 54 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência em áreas rurais, incluindo

unidades móveis pluviais para a região amazônica.

No campo da saúde, trabalho e previdência social, as Margaridas contabilizam como conquistas da luta: a implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras e Multiplicadores em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (em convênio com o Ministério da Saúde); a manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos; e a representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho.

São essas grandes conquistas que levam as Margaridas a construir, coletivamente, a cada marcha realizada, extensa pauta política, apresentada ao governo federal e à sociedade brasileira em seu documento de teses.

Com base em seu sucesso histórico, assim como nas marchas passadas, a Marcha das Marga-

ridas lançou, em junho deste ano, seu documento de teses, com a pauta da Marcha para 2023, com os seguintes elementos: Marcha das Margaridas 2023 – Apresentação; Quem Somos; Nossas Referências; e Nossa Pauta, incluindo texto introdutório e extenso conteúdo, organizado por eixos temáticos.

Por limitação de espaço, não foi possível publicar nesta matéria todos os documentos da Marcha das Margaridas 2023. Eles estão disponíveis na íntegra em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17867-8554647-pauta-marcha-nova-web2.pdf>.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Em sua página na internet (<https://www.marchadasmargaridas.org.br/>) a Marcha das Margaridas deixou registrado o processo de construção da pauta que moveu milhares de margaridas, “mulheres de todo o Brasil, trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, mulheres trabalhadoras das cidades”, para sua sétima jornada de luta em Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto:

“A Marcha está inserida nas dinâmicas locais a partir dos diá-



AQUI NÃO SE TOLERA E NEM SE NATURALIZA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

MARCHA DAS MARGARIDAS 2023

Foto: divulgação

logos que as mulheres do campo, da floresta e das águas estabelecem desde os seus territórios e comunidades até chegar às ruas da capital do País.

Ela envolve intensos processos formativos, sendo este caráter um dos seus principais objetivos, além de promover debates, realizar ações políticas e de mobilização, enraizadas em cada local, em cada território.

Milhares de mulheres são envolvidas nesses processos, que também compreende centenas de encontros e reuniões realizadas em âmbito nacional, regional, estadual, territorial e na base do movimento sindical de trabalhadoras(es) rurais e de outros movimentos, por todo o Brasil.”

A pauta apresentada em Brasília “é, portanto, fruto desses diálogos, traduzidos em proposições para o enfrentamento das principais questões que desafiam o Brasil de hoje”, quais sejam:

1. ERRADICAÇÃO DA FOME: por meio da promoção da alimentação saudável sedimentada na construção da soberania e segurança alimentar e na produção de ‘comida de verdade’, resultante do trabalho das mulheres do campo, da floresta e das águas, tendo por base os princípios da agroecologia.

2. INJUSTIÇAS E CRISE AMBIENTAL: provenientes do modelo

atual de desenvolvimento, baseado na acumulação e expansão do capital, na concentração de terras, na exploração dos povos e da natureza, e na sua mercantilização, comprometendo os bens comuns e da natureza, a biodiversidade e os direitos territoriais; e impulsionado mudanças climáticas, cujos danos têm impactos diferenciados sobre grupos sociais mais empobrecidos e invisibilizados.

3. VIOLÊNCIA: que, vivenciada nas suas mais diversas dimensões – território, casa, família, comunidade, Estado –, expressa o peso das opressões históricas operadas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo sobre os corpos das mulheres, sendo a violência doméstica e o feminicídio a sua face mais visível.

4. ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES: de classe, de gênero e de raça, que se expressam na pobreza, na fome, nas injustiças ambientais e climáticas, na violência e na exclusão de parte significativa da população, notadamente das mulheres negras que vivem em territórios periféricos e rurais.

São propostas que se complementam e dialogam entre si para “refletir a dinamicidade dos contextos vividos pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, requerendo ações intersetoriais

para que se efetivem as políticas públicas em sua necessária transversalidade”.

A expectativa das Margaridas é de que “o Governo Federal, representado por todos os seus ministérios, se comprometa com esta agenda propositiva, considerando a sua inserção nas ações previstas no Plano Plurianual 2024-2027, garantindo orçamento público para a sua efetivação durante os próximos quatro anos”.

CONQUISTAS DAS MARGARIDAS EM 2023

Em resposta às reivindicações das Margaridas, contidas nos 13 eixos da pauta de reivindicações da 7ª Marcha das Margaridas, o presidente Lula assinou oito decretos neste agosto de 2023:

1. Instituído o Programa Quintais Produtivos para promover a segurança alimentar das mulheres rurais.

2. Retomada da Reforma Agrária com atenção a famílias chefiadas por mulheres.

3. Instituída uma Comissão de Enfrentamento à Violência no Campo.

4. Criação de Grupo de Trabalho Interministerial para construir o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural – que oferecerá serviços públicos para a população

jovem da agricultura familiar e ampliação das oportunidades de trabalho e renda para esse público.

5. Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para as Mulheres Rurais com a retomada do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

6. Criação do Pacto Nacional de Prevenção dos Femicídios.

7. Retomada da Política Nacional para os Trabalhadores Empregados, para fortalecer os direitos sociais desses operários.

8. Retomada programa Bolsa Verde, que permite pagamento a famílias de baixa renda inseridas em áreas protegidas ambientalmente.

MARGARIDA MARIA ALVES: HEROÍNA DA PÁTRIA

Na tarde do dia 15 de agosto, primeiro dia da Marcha das Margaridas, a deputada Maria do Rosário (PT-SP) anunciou em seu Twitter:

“Acaba de ser aprovado no Senado nosso Projeto de Lei (PLC 63/2018) que inclui Margarida Maria Alves, a inspiração por trás da Marcha das Margaridas, no livro de heróis e heroínas da Pátria. Uma vitória simbólica, celebrada no mesmo momento

da abertura da marcha em Brasília, da qual participo nesse momento. Agora o projeto vai à sanção do presidente Lula”.

De iniciativa da deputada Maria do Rosário (PT-RS), o PL que assegurou esta justa e necessária homenagem teve como relator o senador Paulo Paim (PT-RS). O livro está depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, e traz, dentre outros, os nomes de Tiradentes, Santos Dumont, Zumbi dos Palmares e Chico Mendes.

FOI BONITA A FESTA, PÁ!

Do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde as delegações se hospedaram, ao canteiro central da Esplanada dos Ministérios, por onde as Margaridas passaram em marcha na manhã do dia 16, Brasília se vestiu de muitos tons de lilás nos dias 15 e 16 de agosto.

Nesta sétima edição da Marcha das Margaridas, mais de 100 mil mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades caminharam unidas pelo mesmo propósito: somar esforços no processo de reconstrução do Brasil, proposto pelo governo Lula, e lutar pelo bem-viver

das mulheres e de todo o povo brasileiro.

Depois dos tempos difíceis vividos depois da penúltima edição, realizada em 2019, no governo do inelegível, esta Marcha de 2023 refletiu o sentimento de esperança das Margaridas ante o novo cenário político brasileiro, que permite às mulheres-margaridas, de todas as regiões do Brasil, se fortalecerem, coletivamente, na luta por seus direitos.

Juntas, elas deixaram claro que seguirão movendo céu e terra para que, dentre todas as suas justas reivindicações, possam: assegurar a participação das mulheres na política e nos espaços de tomadas de decisões, garantir a autonomia sobre seus corpos e territórios e fortalecer as relações de parceria entre mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades.

Por tudo que se viu em Brasília, por todos os exemplos de luta pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver de todas nós, o mínimo que podemos dizer é: foi bonita a festa, pá!



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental, com informações de Contag, Bancários Brasília, Brasil de Fato, CUT-DF e EBC.

O discurso-denúncia de Margarida foi mantido na íntegra, sem revisão gramatical, porém os parágrafos foram quebrados, para melhor leitura nos celulares.





CAMELLIA SINENSIS, CAMELLIA JAPONICA, CAMÉLIA ÒDÒDÓ

Bela Gil

Camélia Òdòdó é o nome que escolhi para o meu novo restaurante em São Paulo. [Esse nome] tem um grande significado para mim.

Sempre fui fã de chá verde, devido à influência de meu pai e minha mãe, que sempre tomavam uma xícara desse chá depois do jantar. O nome científico da planta do chá verde é *Camellia sinensis*, que descobri há muitos anos ser a única planta denominada chá, o resto são infusões (camomila, erva-doce, capim-limão etc.).

Uns anos atrás, meu pai [Gilberto Gil] e Caetano [Veloso] fizeram uma música chamada “As Camélias do Quilombo do Leblon”, e logo depois fui a uma apresentação de escola da minha filha onde existia um mural de camélias descrevendo o significado dessa flor durante o período da Abolição.

A flor da *Camellia japonica* servia como uma espécie de código de identificação entre os abolicionistas, e seu maior cultivo no Brasil era no Quilombo do Alto Leblon, no

Rio de Janeiro, idealizado por José de Seixas Magalhães.

Quem usava uma camélia na lapela, ou plantava no seu jardim, era um abolicionista confesso. Por isso o nome Òdòdó, que significa flor, na língua iorubá... E seguimos para a segunda abolição...”



Bela Gil – Culinarista e apresentadora de televisão brasileira. Texto postado no Instagram (@belagil) no início deste mês de agosto de 2023.



Foto: divulgação

IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS ARRECADARIA R\$ 40 BILHÕES POR ANO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que em breve enviará ao Congresso Nacional uma proposta para taxar os fundos exclusivos, conhecidos como fundos dos super-ricos.

Com o objetivo de ampliar a arrecadação, equilibrando as contas do governo, a medida também vai no sentido de buscar maior justiça fiscal no país mais desigual do mundo.

A campanha Tributar os Super-Ricos, no entanto, quer mais e chama a atenção para a necessidade de regulamentar também o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

O IGF está previsto na Constituição Federal de 1988, mas nunca foi devidamente regulamentado. A campanha propõe cobrar alíquotas anuais modestas: de 0,5%, para patrimônios entre R\$ 10

milhões e R\$ 40 milhões; 1%, entre R\$ 40 milhões e R\$ 80 milhões; e 1,5% acima de R\$ 80 milhões.

Entre os cerca de 210 milhões de brasileiros, apenas 65 mil pessoas têm mais de R\$ 10 milhões de patrimônio declarado. Ou seja, o IGF afetaria apenas 0,03% da população. Ainda assim, o Estado poderia arrecadar cerca de R\$ 40 bilhões ao ano com a medida.

A expectativa é que o debate sobre o IGF finalmente entre em pauta no segundo semestre, quando o governo deve apresentar a segunda parte da reforma tributária, dessa vez com foco na renda e no patrimônio. A primeira parte, que está no Senado após ser aprovada na Câmara, trata da tributação sobre o consumo, focando principalmente na simplificação dos impostos.

LUCROS E DIVIDENDOS

Outra medida que as mais de 70 organizações sociais, entidades e sindicatos que compõem a campanha também querem ver contempladas na reforma é a taxa sobre lucros e dividendos.

Em todo o mundo, apenas Brasil, Estônia e Letônia não cobram impostos sobre a distribuição do lucro. Por aqui, esse tipo de imposto vigorou até 1995, quando o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu a isenção, acumulando perdas de R\$ 152 bilhões ao ano.

“Enquanto todo trabalhador já recebe o seu salário com o desconto do Imposto de Renda na Fonte – renda acima de R\$ 2.640/mês, os sócios das empresas ganharam isenção total para receber seus lucros e dividendos desde 1995”, critica a campanha, em publicação nas redes sociais.

Nesse sentido, a campanha defende que a tributação sobre os super-ricos serviria para aliviar os impostos sobre aqueles que ganham menos. Poderia, por exemplo, garantir o aumento da isenção de Imposto de Renda (IR) para até R\$ 5 mil mensais, ao custo de apenas R\$ 17 bilhões.

“Esse dinheiro, nas mãos do trabalhador, faria girar mais ainda a roda da economia. Justiça é reduzir a tributação sobre o consumo de bens e serviços, reduzindo os preços ao consumidor e incentivando a economia produtiva e a geração de emprego e renda”.

OS “ABSURDOS” EM DEFESA DOS SUPER-RICOS

Apesar de legítimas, as propostas que aumentam a tributação sobre os super-ricos enfrentam resistência, como era de se esperar.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o empresário Flávio Rocha, dono da Riachuelo, disse que um imposto sobre grandes fortunas poderia reduzir a desigualdade social, mas por uma “via não inteligente”.

“Queremos lutar contra a desigualdade ou contra a pobreza? Esse imposto consegue reduzir desigualdade, mas pela via não inteligente: expulsando ou empobrecendo os ricos”, afirmou.

Já o ex-presidente Jair Bolsonaro lançou a carta do “comunismo” para criticar o Imposto Seletivo. O novo tributo,

previsto na reforma aprovada na Câmara, prevê a taxa sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como cigarro, bebidas alcoólicas ou refrigerantes, por exemplo.

Assim, a personagem Niara, uma menina negra criada pelo cartunista Aroeira, demonstrou indignação pelos “absurdos” utilizados em defesa da manutenção dos privilégios dos super-ricos.

Fonte: Bancários Brasília, via Rede Brasil de Fato.



Niara



Foto: divulgação / Campanha Tributar os Super-ricos



Foto: divulgação

AGOSTO: MÊS DAS JUVENTUDES

Iêda Leal

Saimos de julho, mês em que ocorreram as comemorações dos 45 anos do Movimento Negro Unificado (MNU) e a celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e do dia de Tereza de Benguela.

Entramos então em agosto, mês dedicado às juventudes, que estão presentes em diversos territórios e espaços, seja nas favelas, periferias, nos quilombos, terreiros, no campo, na cidade.

Em 5 de agosto de 2013, por meio da Lei nº 12.852, foi instituído o Estatuto da Juventude. O documento se tornou um marco da defesa de direitos da juventude brasileira. Esta Lei, que dispõe sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas específicas para essa faixa etária, contempla mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras com idade entre 15 e 29 anos.

Por resolução da Assembleia Geral da ONU, desde o ano de 1999, o Dia Internacional da Juventude é celebrado no dia 12 de agosto. A resolução surgiu como uma resposta à recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, reunida em Lisboa, de 8 a 12 de agosto de 1998.

Vale destacar que o governo federal anunciou, no final do mês de julho, o decreto que convoca a 4ª Conferência Nacional da Juventude, um espaço para debater os desafios, afirmar direitos e construir políticas públicas voltadas para as juventudes brasileiras. Essa é a instância máxima de participação popular e de rearticulação da participação social da juventude.

É necessário reforçarmos a reconstrução de programas e projetos voltados às Políticas Públicas para as juventudes, que contemplem toda a sua diversidade, especialmente aos e às jovens negros e negras, como a execução do programa Juventude Negra Viva. Por meio da Caravana Participativa vem sendo construído coletivamente o Plano (PJNV), com o objetivo de formular, de forma democrática e com escutas, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a população jovem e negra.

É sobre esses e essas jovens negros e negras que recaem os mais altos índices de letalidade em homicídios, de encarceramento em massa e de interrupção ao direito básico à vida, impedindo que possam ter seus direitos básicos assegurados atra-

vés de políticas públicas e iguais oportunidades de desenvolvimento e mobilidade social.

Por essas razões, é imprescindível também lutar pelo bem-viver da juventude negra por educação de qualidade, pela cultura, pelo acesso a lazer, trabalho e renda. Que cada pessoa jovem e negra possa ter a possibilidade de ocupar qualquer espaço de poder.

Vamos reconstruir o país pelas mãos dos nossos jovens! E um VIVA à JUVENTUDE NEGRA, VIVA e organizada!



Iêda Leal - Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Secretária de Comunicação da CUT-GO; Tesoureira do SINTEGO; Coordenadora Nacional do Movimento Negro Brasileiro.





Foto: OYA - Saúde da Mulher, Moinho, 2016.

**"AS PESSOAS NÃO MORREM,
APENAS FICAM ENCANTADAS."
DONA FLOR: PRESENTE!**

O PASSADO E O FUTURO DA AMÉRICA LATINA

Emir Sader

A América Latina viveu o século XXI, o período mais importante de sua história, até o presente. Depois de ter sido a região do mundo com os governos neoliberais mais e mais radicais, o continente reagiu, a ponto de se tornar o continente com os governos mais antineoliberais.

Ao longo do século passado, a América Latina foi palco de governos nacionalistas, que caracterizaram a esquerda latino-americana. O peronismo e o getulismo têm se destacado, pelo tipo de liderança popular e sua forma de resistência à dominação imperial norte-americana.

A última década do século XX foi marcada pela chegada e generalização do modelo neoliberal, que se tornou hegemônico no mundo. Na América Latina, praticamente todos os países – com exceção de Cuba – se tornaram neoliberais.

Foi no Chile que o neoliberalismo chegou, pela ditadura de Pinochet, pelos Chicago boys. Tem sido uma expressão radical do neoliberalismo, seja em termos de privatização de empresas públicas, desregulamentação da economia, bem como abertura do mercado interno.

Não por acaso foi o continente que mais neoliberalizou, aquele que se tornou a região privilegiada de

resistência ao neoliberalismo. Começando com a Venezuela ainda no final do século passado, estendeu-se ao Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador, constituindo um primeiro grupo de 6 países com governos que adotaram programas semelhantes.

Prioridade das políticas sociais ao invés do privilégio dos ajustes fiscais, privilégio dos processos de integração regional e das relações Sul-Sul, fortalecimento do Estado, ao invés da centralidade do mercado. Também fortalecimento dos direitos públicos da cidadania, ao invés dos processos de mercantilização promovidos pelo neoliberalismo.

A América Latina, o continente mais desigual do mundo, conseguiu, nesses seis países, promover a maior queda da desigualdade neste século. Países que conseguiram implementar programas de governo antineoliberais ou pós-neoliberais. Tornar a América Latina a única região do mundo com governos que buscam superar o neoliberalismo.

Em sua primeira fase, ao longo da primeira década do século XXI e início da segunda, surgiram nesses governos as principais lideranças políticas de esquerda do mundo. Hugo Chávez, Lula, Nestor e Cristina Kirchner, Pepe Mujica, Evo Morales e Rafael Correa se

apresentaram como esses líderes.

Alguns desses governos caíram, entre eles os do Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e Equador. Os dois primeiros, por golpes militares, que acabaram sendo derrotados com a volta de governos antineoliberais. Na Argentina, por causa das eleições, a via pela qual volta um governo antineoliberal.

No Equador, as próximas eleições projetam a possibilidade concreta da volta de um governo antineoliberal. No Uruguai poderia ocorrer o mesmo fenômeno. Na Argentina há uma disputa ainda em aberto.

Na segunda onda de governos antineoliberais, México, liderado por Lopes Obrador; Colômbia, liderada por Gustavo Petro; e Honduras, liderada por Xiomara Castro. A América Latina apresenta, assim, o único conjunto de governos antineoliberais do mundo.

Participei de um grupo de pesquisa que tinha o nome de “O Futuro da América Latina”. Com as mudanças pelas quais passou o campo dos governos antineoliberais, o nome foi alterado para “Los futuros de América Latina”.



Emir Sader - Sociólogo. Cientista político. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.





A BOMBA DE DEUS

Eduardo Galeano

Em 1945, enquanto este dia [6 de agosto] nascia, Hiroshima morria. Na estreia mundial da bomba atômica, a cidade e sua gente viraram carvão num instante.

Os poucos sobreviventes perambulavam, mutilados, sonâmbulos, no meio das ruínas fumegantes. Andavam nus, e em seus corpos as queimaduras haviam estampado as roupas que usavam quando houve a explosão.

Nos restos das paredes, o relâmpago do fogo da bomba atômica tinha deixado impressas as sombras do que houve: uma mulher com os braços erguidos, um homem, um cavalo amarrado...

Três dias depois, o presidente Harry Truman falou pelo rádio.

Disse:

- Agradecemos a Deus por ter posto a bomba em nossas mãos e não nas mãos de nossos inimigos; e rogamos a Deus que nos guie em seu uso, de acordo com seus caminhos e seus propósitos.



Eduardo Galeano (1940 - 2015) - Escritor, em *Os Filhos dos Dias*, Editora L&PM, 2ª edição, 2012.

PRECISAMOS FALAR SOBRE BARBIE, O FILME?

Bia Abramo

A esta altura, Barbie já é o maior fenômeno de entretenimento do ano – e as bilheteria, na casa dos milhões de espectadores: 4,1 milhões de pessoas entre a estreia, na quinta-feira, 20, e domingo, 23 de julho. Das 3.401 salas de cinema no Brasil, de acordo com levantamento da Ancine em 2022, o filme de Greta Gerwig está em 2.056 salas.

Os números são acachapantes, de fato, além de preocupantes – se somarmos às 710 salas destinadas ao outro blockbuster da temporada, “Oppenheimer”, de Christopher Nolan, temos 80% dos cinemas brasileiros ocupados com apenas dois filmes.

Isso configura, de fato, uma verdadeira invasão do produto da indústria de entretenimento que espreme as produções nacionais para poucas datas e salas e com a obrigação de fazer bilheteria muito rapidamente para ficar em cartaz por tempo o suficiente para gerar boca-a-boca e público.

Também impõe uma desigualdade aguda de formatos e conteúdos: cinematografias não-alinhadas com a indústria têm chance muito menor de serem simplesmente conhecidas, quanto mais de formar um gosto que destoe dos padrões da indústria hollywoodiana.

No entanto, antes mesmo de se tornar o filme arrasa-quarteirão que prometia ser por conta da campanha intensa de marketing real e digital que circunda o filme, a estreia de “Barbie” veio cercada de toda a sorte de expectativas e vaticínios.

Para simplificar, enquanto milhares de meninas e mulheres que tiveram (ou não) uma boneca Barbie no mundo inteiro entraram no tsunami rosa, desfilando com roupas e acessórios rosa, consumindo comidas rosa e instagramando tudo isso, um certo choque percorria o campo fundamentalista e do conservadorismo nos costumes ao que se antecipava sobre o filme a partir do trailer.

A prévia já avisava que “Barbie, o Filme” traria uma Barbie um tanto fora da embalagem, a começar de que a atriz que a encarna, Margot Robbie, ser uma mulher cujos traços físicos são praticamente idênticos aos do design da boneca original, continuando com as pistas de que a boneca seria transformada numa espécie de agente do caos do empoderamento feminino.

O fato de a diretora Greta Gerwig e Noah Baumbach, coprodutor e roteirista, virem do chamado cinema independente norte-americano e de Margot

Robbie ter estrelado filmes do espectro cult, como “Arlequina” e o de Quentin Tarantino sobre Charles Mason, também criou um certo suspense no jornalismo especializado e nas redes sociais: conseguiria o filme manter sua pegada pop, inteligente, irônica e camp, mesmo se tratando de filme sobre um brinquedo? E, para piorar, um produto tantas vezes associado a padrões de beleza, de feminilidade, de consumo inatingíveis para muitas meninas e mulheres no mundo?

O primeiro problema do excesso de marketing é que as expectativas funcionam como uma profecia autorrealizável. No dia da estreia, por exemplo, o campo conservador já se armou de argumentações as mais abstrusas para condenar o filme como um perigoso instrumento de doutrinação feminista e anti-homem, apesar da névoa rosa que exala quase que a cada segundo dos 94 minutos que dura a projeção.

Mães cristãs gravaram vídeos indignados por que a história de Gerwig não era adequada para crianças pequenas – que, de fato, não é até mesmo pela classificação indicativa para maiores de 12 anos. Ou que mesmo as meninas mais adolescentes teriam seus “sonhos destruídos” por ver uma personagem-boneca em



crise existencial, com dúvidas sobre o próprio corpo.

O alarme de machistas red pill, que leram as entrelinhas com a costumeira paranoia, rendeu intervenções que seriam até engraçadas se não denunciasses uma misoginia pegajosa e ultrapassada. Quem estava pronto para ir ver o demônio vestindo rosa e com look perfeito, conseguiu.

O segundo problema é que, para quem apenas queria entender o porquê de tanto frisson, o filme começa muito antes de se apagarem as luzes da sala, ou seja, assiste-se o filme já meio mastigado. Ainda assim, vale pontuar: “Barbie” é uma fantasia meio desbragada sobre dois mundos paralelos, onde crescer mulher, boneca ou pessoa, é ainda um desafio e um enigma.

Partindo de uma premissa meio amalucada de que foi a mera existência de uma boneca-mulher que equilibrou as relações desiguais de poder entre homens e mulheres no mundo real, Gerwig constrói uma história sobre o que é o “tornar-se mulher” que fica ali num meio do caminho de uma paródia e de uma fábula feminista (da perspectiva ocidental, branca e norte-americana, mas ainda assim feminista).

Nesse sentido, “Barbie” logra um equilíbrio interessante – e, talvez, raro – entre os artificios do entretenimento em seu estado quase bruto, selvagem, da escolha dos atores “perfeitos” à das estrelas na trilha sonora (Dua Lipa, Billie Eilish) e do entretenimento que se pretende, no mínimo, instigante ou que consegue, por vezes, rir de si mesmo.

Ao contrário da maioria dos filmes “de boneco”, como as redes costumam chamar de forma irônica as franquias de super heróis de quadrinhos, em “Barbie” problematiza-se pelo humor até mesmo a noção de que ali está acontecendo alguma coisa

de extraordinário. Até mesmo o embate, a batalha entre Kens e Barbies é tomado como o que deve ser: uma brincadeira, um role playing game, onde se pode, por algumas horas, inventar um jeito mais diferente ou mais engraçado.

E, por fim, vale lembrar que “Barbie”, de alguma forma, coloca algumas questões interessantes sobre a travessia enigmática de uma menina que não é mais uma criança e ainda não é plenamente uma adolescente.

É como se o filme, no fundo, estivesse parafraseando e adaptando para contemporaneidade a célebre frase de Sigmund Freud: afinal, o que quer uma menina? E se o filme talvez tente dizer é que nunca saberemos, se não as escutarmos com cuidado, mesmo que elas só falem entre resmungos.



Bia Abramo – Jornalista. Matéria e imagem publicada originalmente na Revista Focus Brasil (<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/07/31/precisamos-falar-sobre-barbie-o-filme/>), da Fundação Perseu Abramo.

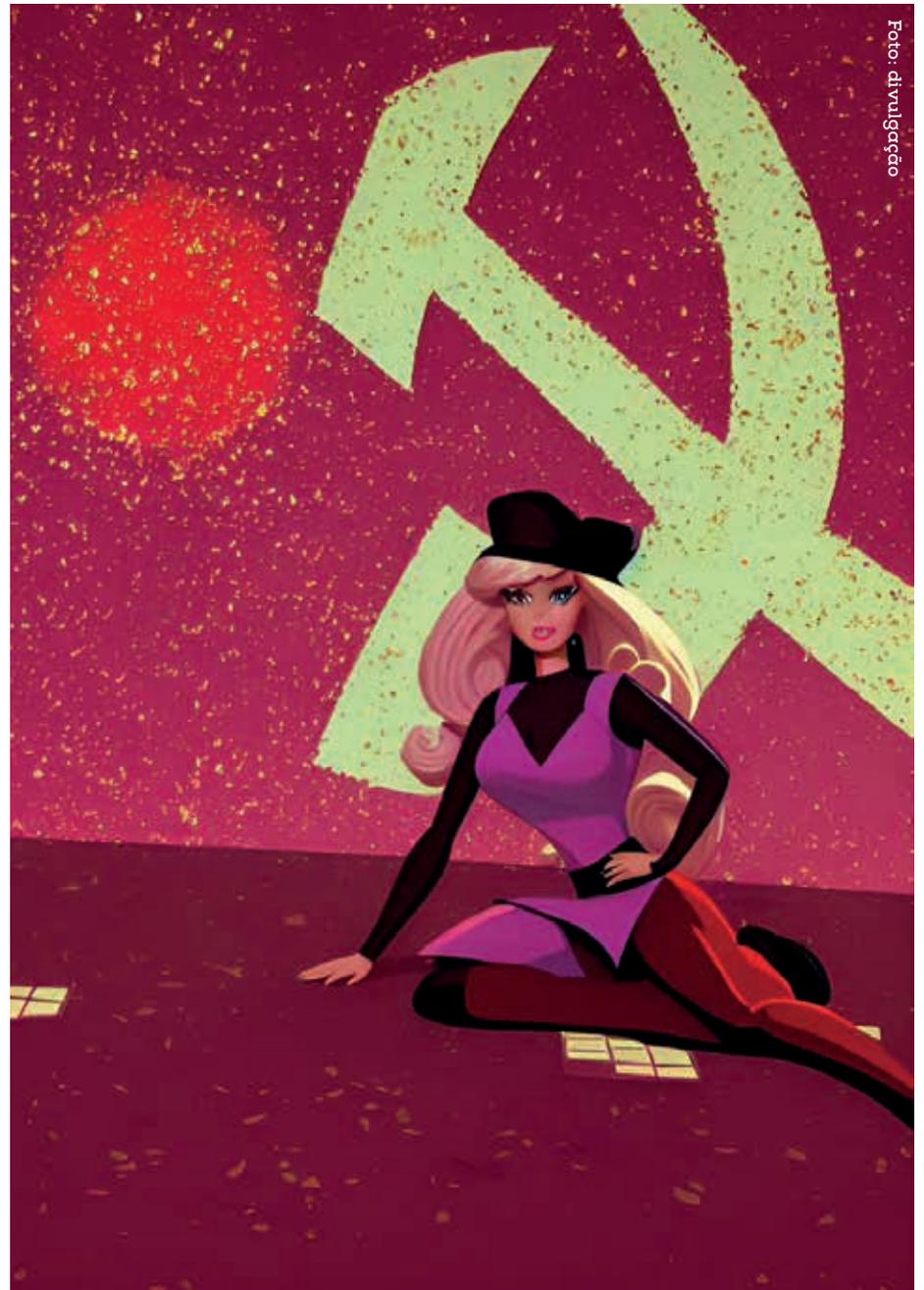




Foto: Fábio Pina



CARMEN FORO: LÍDER NEGRA, DO CAMPO, RIBEIRINHA, DA FLORESTA

— Zezé Weiss

Carmen Helena Ferreira Foro, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres, é mulher negra, agricultora familiar, ribeirinha, da floresta; é, em síntese, a soma de várias identidades que se mesclam, porque na Amazônia, como Carmen conta,

“floresta é floresta e rio é rio, mas floresta e rio sempre se juntam”.

Filha de mãe e pai da agricultura familiar, o pai foi, em vida, excelente produtor de farinha. Carmen nasceu no ano da graça de 1966, em um retiro à beira do igarapé Guajaraúna, no município de Moju, nordeste do Pará, onde, desde muito jovem, militou nas Comunidades

Eclesiais de Base e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

De criança, no dizer da mãe, foi bem dócil, bem mansa. Mansinha, a menina cresceu feliz, tomando banho de rio. Mas também, desde muito pequena, Carmen mostrou ser determinada, “desde miudinha, eu já dizia o que queria, e eu sempre deixei claro que queria



estudar. Eu tinha uma prima mais velha que eu, ela ia pra escola e eu ficava muito zangada em casa, sem me conformar”, lembra.

Para ir pra escola, Carmen teve que vencer o primeiro grande desafio de sua vida: aprender a nadar. Mesmo a escola ficando do mesmo lado do rio, a distância da casa era longa, “tinha que ir de canoa, não dava pra caminhar pela floresta”. Por ter perdido a avó em um acidente de barco no mesmo rio Moju, ela sabia que subir no “casco de madeira” sem saber nadar estava fora de questão.

Na escola da floresta, a menina teimosa estudou até a 3ª série. Depois, como costuma acontecer sempre, quando por perto não tem mais escola, Carmen teve que ir pra “casa dos outros” na cidade; no caso, foi morar com um tio, pra seguir com os estudos. Ficou por lá um tempo, depois decidiu voltar pro interior.

Daí pra frente, para estudar, sua vida se transformou num vai e vem da roça para a capital do estado, Belém, e, nas férias, de volta pro Igarapé, até que seu pai morreu. Solteira, seis meses depois teve sua primeira filha (tem quatro, dois adotivos), “que hoje é médica, graças ao FIES” e, sendo ela a filha mais velha, se viu com a responsabilidade de prover por toda a família.

Antes de morrer, o pai ensinou a Carmen o caminho do Sindicato. “No começo, eu pensava que sindicato só servia pra gente arrancar dente e fazer consulta pelo Funrural. Mas meu pai me levou lá e eu virei associada, com uma carteirinha amarela de dependente dele. Mas o que ele queria mesmo era que eu fosse trabalhar lá, porque eu sabia datilografia, que aprendi na cidade grande, em Belém”.

Como o Sindicato ficava em Igarapé-Miri, para Carmen esse foi um caminho natural, porque, embora tivesse nascido em Moju e tivesse sido criada no Alto Moju, tudo o que a família fazia, de tratamento médico a vender a produção da roça,

era em Igarapé-Miri, “porque tinha um canal e ir pra Igarapé-Miri era mais fácil do que ir pra Moju”. Entretanto, isso não quer dizer que o início de sua jornada no Sindicato tenha sido fácil.

“Alguns meses no Sindicato e eu virei dirigente. Pouco tempo depois, na campanha eleitoral de 1992, seu Manoel Luiz, o presidente, saiu candidato a prefeito pelo PT. Seu Manoel Trindade, o vice-presidente, candidatou-se a vereador, e o secretário-geral, Jair, de quem eu era suplente, também saiu candidato a vereador. Com os homens todos na campanha, abriu um espaço político e eu acabei me tornando presidenta interina do Sindicato.”

Nesse mesmo período, Carmen assumiu a coordenação sindical da região de Tocantínia, com abrangência em sete municípios do Pará. Foi um tempo de grandes conquistas e grandes descobertas. Mas do que Carmen não se esquece é do que seus companheiros diziam: “vai ter que ser assim, mas é temporário, ela não serve, ela é muito verde.”

Carmen ficou na presidência por oito meses e nesses oito meses viajou o município inteiro, fez intermináveis reuniões à luz de lamparinas, assumiu a defesa e associou as mulheres, “que eram muito poucas”, e ela, que não servia por ser “muito verde”, revolucionou o Sindicato. Ao emancipar a voz das mulheres do campo e da floresta, ao mesmo tempo em que firmou sua própria voz enquanto liderança, conquistou o direito à sua própria filiação sindical.

Sobre essa etapa vencida, Carmen reflete: “Eu ocupei meu espaço, mas, mesmo assim, na cabeça de muitos dirigentes eu continuava não servindo, segundo eles por eu ser muito nova. Olhando pra trás, eu hoje às vezes fico pensando se daqui a pouco alguém vai achar que eu não sirvo, por ser muito madura. Então eu me pergunto: quando é que as mulheres vão servir por

sua capacidade e competência, independentemente da idade?”

O trabalho bem sucedido com as mulheres no Sindicato de Igarapé-Miri levou Carmen a se tornar dirigente estadual como Secretária de Mulheres da Fetagri (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) do estado do Pará. Daí a ganhar visibilidade nacional foi um caminho que Carmen nunca planejou, mas que acabou ocorrendo, especialmente a partir da ocupação da hidrelétrica de Tucuruí, na luta por energia elétrica para o baixo Tocantins, em 1996.

“Fazia mais de 20 anos que tinha a hidrelétrica de Tucuruí e nós do baixo Tocantins, que vivíamos à jusante da barragem, não tínhamos energia. Então teve essa luta. Eu tinha brigado muito para colocar as mulheres à frente das lutas no Sindicato e na Fetagri. Agora, como ninguém queria ir pra Tucuruí, porque ninguém acreditava muito naquela vitória, acabaram me dando de castigo coordenar a ocupação da hidrelétrica. Eu não sabia o que fazer.”

Carmen tem memória de uma luta difícil e linda: “Assumi como Secretária de Mulheres em abril e em maio lá estava eu, liderando uma greve de fome em Tucuruí. Fomos avançando e conseguindo adesões. O Dom Elias, que era um bispo de luta, desceu pra lá, e os prefeitos do baixo Tocantins também engrossaram a luta. O movimento ganhou força, e o governo recuou. Fizemos um acordo com o Ministério de Minas e Energia para ter energia e, a partir de energia, o linhão de Tucuruí. Essa foi uma grande conquista nossa”.

Depois disso, como é bem do seu feitio, Carmen se envolveu de cabeça na luta para estruturar a Secretaria de Mulheres Rurais no Pará e, no ano 2000, organizar a vinda das mulheres do Pará para a primeira Marcha das Margaridas. Daí pra frente, a Marcha tornou-se seu projeto do coração: “Em 2000, a gente do Pará veio



Foto: Fábio Pina

com três ônibus, mas em 2003 nós trouxemos 45 ônibus, a maior delegação de mulheres do Pará na Marcha das Margaridas. Também isso me impulsionou e eu passei a ser o nome para, em 2005, vir pra Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), entidade que, desde 2000 e por sete edições consecutivas, coordena nacionalmente a Marcha das Margaridas.

Na Contag, Carmen coordenou as Marchas de 2007 e 2011 onde, uma vez mais, deu um passo à frente: “Em 2011, emocionadas com a vitória da Dilma nas eleições de 2010, nós inventamos de fazer uma Marcha com 100 mil mulheres. Como pouca gente acreditava, nós decidimos ficar caladas e mobilizar por baixo. Vieram 100 mil. A grande imprensa falou que éramos 70 mil, mas nós sabemos que éramos 100 mil, como, outra vez, fomos mais de 100 mil em 2023”.

Carmen ficou dois mandatos na Contag e foi indicada pela Contag para ir pra CUT Nacional (Central Única dos Trabalhadores), onde assumiu a Secretaria Nacional de Meio Ambiente de 2009 a

2012 – “acompanhei a agenda das Mudanças Climáticas da COP de 2009 de Copenhague até o Acordo de Paris, nós brigamos muito para introduzir no meio sindical o tema das mudanças climáticas”.

Na CUT, Carmen tornou-se vice-presidenta e depois, por um tempo, assumiu a presidência. Carmen foi a primeira mulher a presidir a CUT várias vezes, ainda que interinamente. Também foi secretária-geral da CUT Nacional. Compõe a Suplência da Secretaria de Mulheres da Contag, é vice-presidenta e diretora-executiva do Instituto Observatório Social (IOS).

Da CUT, a menina determinada do retiro do rio Moju saiu para tornar-se Secretária no Ministério das Mulheres, em 2023. “Eu estava ao lado do prefeito de minha cidade, Roberto Pina, quando chegou a mensagem. Perguntei ao meu amigo o que ele achava. Ele disse: – Carmen, isso tem a sua cara, nada veste tão bem em você como ir para o Ministério das Mulheres”.

Como é que Carmen, essa mulher de tanto sucesso, lê sua trajetória? “Não foi fácil chegar até aqui, nunca é, para uma

mulher militante que não se conforma, que desobedece, que se rebela, que se recusa a sucumbir, sempre. Penso nas mulheres que, como eu fui tantas vezes, são de chamadas loucas, desajustadas, desenquadradas, e mesmo assim resistimos – por nós e pelas mulheres que sucumbem porque, embora saibam que nesse mundo as mulheres não conseguem nada comportadamente, não se sentem com coragem para enfrentar os desafios que a luta exige da gente”.

Como é que Carmen se sente neste momento? “Me sinto muito orgulhosa da minha caminhada coletiva e me emociono com as conquistas das mulheres de luta que seguem sonhando e seguem lutando. Choro ao ver mulheres negras na Esplanada dos Ministérios, dando concretude aos nossos sonhos de igualdade, com menos preconceito e mais direitos, com menos violência e mais paz”.

E que mensagem Carmen Foro, mulher negra, agricultora familiar, ribeirinha, da floresta; mulher de luta, feminista, ambientalista, anti-homofóbica, antirracista, dirigente sindical, militante política, servidora do governo Lula, respeitada no Brasil e no mundo inteiro tem para nós, mulheres brasileiras?

“Compreender que não existe vitória individual, que toda conquista é resultado de um processo solidário e coletivo. Ter sempre em mente a sabedoria ancestral dos povos africanos: Ubuntu – eu sou porque nós somos.”



Zezé Weiss – Jornalista Socioambiental. Matéria construída com base em depoimento de Carmen Foro, concedida à autora em julho de 2023, e nos perfis de Carmen nas páginas da Contag, da CUT e do Ministério das Mulheres.

MANGABEIRAS EM FLOR

Altair Sales Barbosa

“Esta crônica é dedicada a todos os lobos travestidos de cordeiros que, em nome do amor, cultivam ignorâncias, vaidades e ganâncias.”

Certa vez, não faz tanto tempo assim, nas peregrinações que fazíamos pela imensidão do Cerrado, ocorreu de montarmos o acampamento de estudo e repouso, bem longe, lá no centro do Tabuleiro da Tamarana.

Era setembro, e quando a noite chegava, a lua refletia seu clarão, como um espelho, nas flores esbranquiçadas das mangabeiras, que pingavam gotas de esperança no lago do meu coração e no coração dos companheiros.

Essa visagem, clareava um caminho, que tinha uns barulhos, que ficam em silêncio, mas que traziam uma força libertando a reprimida busca constante pelo conhecimento e reforçavam os ideais da luta voraz que, por quase meio século, travamos contra os gigantes da destruição e mecanismos controladores do

poder, que nunca se cansavam de entulhar nossos caminhos com lixo sórdido e malcheirosos.

Enquanto isso, o futuro foi chegando, com seus disfarces camuflados e, quando pensávamos que seguíamos à frente, estávamos era voltando.

A força da ganância destruiu o Tabuleiro, tirou dele as mangabeiras e as vaidades qual lanças cravadas no peito, cuidaram do resto, não sobraram ilusões, nem sonhos, nem amores, nem fortunas, nem conhecimento para a gente que ali vivia.

O tempo obscuro podou a esperança. Alguns companheiros se acomodaram pelo caminho, outros se sentaram na pedra da desilusão. Poucos ainda carregam no coração a coerência da esperança, irradiada pelas gotas confortantes das flores das mangabeiras.

Num desses dias, em meu sonho, lá estava eu no Tabuleiro da Tamarana, quando a noite trouxe, no clarão da lua, a esperança da ilusão, era só boniteza, mas depois de certo tempo percebi que algo estranho acontecia: das gotas das flores das mangabeiras pingavam lágrimas, que ferviam no lago do meu coração.

Quando acordei,
Ainda desorientado,
Vendo um céu azulado,
Busquei na magia um pincel,
E, com tintas do coração,
Pinte a desilusão.



Altair Sales Barbosa -

Pesquisador do CNPq. Pesquisador convidado da UniEVANGÉLICA de Anápolis. Sócio-Titular do

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Conselheiro da Revista Xapuri.



Foto: divulgação

Reflexões sobre o sucesso dos Diálogos Amazônicos e os avanços da Cúpula da Amazônia

CÚPULA DA AMAZÔNIA: UM RASGO DE ESPERANÇA

Gilney Viana

O futuro da Amazônia foi debatido em dois grandes encontros complementares, realizados neste mês de agosto em Belém do Pará: os Diálogos Amazônicos, reunindo representações da sociedade civil organizada e dos governos da região, nos dias 4 e 6; e a Cúpula da Amazônia, composta pelos presidentes e representantes dos oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), nos dias 8 e 9.

Discutiu-se a Amazônia pensando o futuro do planeta para a humanidade e para todos os seres vivos e não vivos, diante da crise ecológica e climática.

Nesse sentido, tanto os povos e comunidades locais e regionais quanto os governos dos países amazônicos reivindicaram

uma atenção correspondente à importância ecológica desse imenso bioma e das suas contribuições para a solução da crise climática global.

Os povos e as comunidades locais discutiram e propuseram uma mudança no padrão das estruturas produtivas e de suas respectivas inserções nas economias nacionais e global que lhes possibilite bem-estar econômico e social, bem como protagonismo político e cultural na definição dos destinos dos seus respectivos países, da região e do mundo. Isso fica bastante claro no subtítulo da Carta da Assembleia dos Povos da Terra: Nada sobre nós sem nós!

Por sua vez, os e as representantes dos governos reunidos na Cúpula da Amazônia ressaltaram

a busca de um protagonismo conjunto em nível global, ao reforçar a demanda brasileira por sediar a COP-30, e prometem uma atuação conjunta nas COPs que a antecederão – conforme expresso na Declaração de Belém.

Reivindicam uma atenção proporcional à potência ecológica e cultural da Amazônia, que lhes garanta um papel mais ativo nas negociações globais ecológicas e econômicas. Cada encontro produziu um documento político: Carta dos Povos da Terra (Diálogos Amazônicos) e Declaração de Belém (Cúpula da Amazônia).

Sob a ótica de um realismo esperançoso, os dois documentos apresentam diferenças e pontos de convergência sobre o que fazer para manter a floresta em pé e,

assim, como pensava e defendia Chico Mendes (assassinado em 22 de dezembro 1988, portanto há 35 anos), garantir o futuro da humanidade no planeta Terra.

DIÁLOGOS AMAZÔNICOS

Entre os dias 4 e 6 de agosto, os Diálogos Amazônicos reuniram, no Hangar Centro de Convenções de Belém, um conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada, envolvendo representantes de entidades, movimentos sociais, academia, centros de pesquisas e agências governamentais, do Brasil e dos demais países amazônicos.

Nos dois dias dos Diálogos, cerca de 20 mil pessoas, segundo dados do governo federal, celebraram a vida na floresta, compartilharam conhecimento, elaboraram estratégias e apresentaram propostas concretas em defesa da floresta amazônica e dos povos que nela vivem.

Os resultados desta concertação cidadã foram apresentados às lideranças da Cúpula da Amazônia no formato de uma carta pública, a Carta dos Povos da Terra.

CARTA DOS POVOS DA TERRA

Os principais pontos da Carta dos Povos da Terra encontram-se descritos a seguir:

1. Tomar todas as medidas necessárias para evitar o ponto de não retorno da Amazônia, pretendendo 80% do seu território até 2025, através de um plano que garanta: a) cessação de toda a desflorestação ilegal até 2025; b) atingir a desflorestação legal zero até 2027; c) revogar as leis e disposições que promovem a destruição da Amazônia; e, d) reabilitar, recuperar e restaurar as áreas desflorestadas e degradadas.

2. Titular 100% das reivindicações territoriais dos povos indígenas, dos afrodescendentes, quilombolas, e das comunidades tradicionais.

3. Deixar de promover novas pesquisas e explorações (de petróleo) na Amazônia e promover um plano de transição energética justa, popular e inclusiva, com reparação para os povos e territórios afetados.

4. Exigir que os governos dos países que historicamente mais provocaram as mudanças climáticas cumpram seu compromisso,

assumido há mais de uma década de fornecer 100 bilhões de dólares por ano aos países em desenvolvimento para a transição energética.

5. Frear a expansão da fronteira agrícola.

6. As cidades amazônicas devem ser construídas em harmonia com a natureza e proporcionar vida digna a seus habitantes.

7. Promover um plano de transição para salvar a Amazônia da mineração e da poluição causada pelo mercúrio.

8. Garantir a consulta para o consentimento livre, prévio, informado e de boa fé dos povos amazônicos, de acordo com os ditames internacionais, como a convenção 169 da OIT, para projetos e cadeias produtivas com impacto significativo na Amazônia.

9. Proibir a construção de barragens hidrelétricas e a construção de todo projeto de infraestrutura que desrespeite os direitos dos povos e da natureza.

10. Respeitar as formas de autoidentificação, auto-organização, e autodeterminação dos povos e nações indígenas.



Foto: divulgação / Audiovisual

11. Combater a fome e a desigualdade na Amazônia, promover a reforma agrária popular.

12. Tipificar e incorporar o crime de ecídio na legislação dos países amazônicos.

13. Reconhecer a Amazônia como sujeito de direitos.

14. Promover a criação de uma OTCA Social.

CÚPULA DA AMAZÔNIA

Chamada pelo Presidente Lula, a Cúpula da Amazônia reuniu em Belém dignitários, dignitárias e representantes dos países amazônicos e dos países onde ainda existem florestas tropicais no planeta Terra. O presidente da COP-28, Sultan Ahmed al-Jaber, que será realizada em dezembro nos Emirados Árabes, também participou da Cúpula da Amazônia.

O encontro foi organizado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organização intergovernamental formada por Brasil, Bolívia Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Dentre os temas tratados, discutiu-se o desmatamento ilegal, o combate ao crime organizado e o financiamento externo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, cujos pontos de consenso foram conso-

lidados na Declaração de Belém, divulgada na tarde do dia 8 de agosto pelos presidentes dos países signatários da OTCA.

DECLARAÇÃO DE BELÉM

A Declaração de Belém apresenta os pontos consensuais de Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tendo por base “aportes da sociedade civil”, oriundos do Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, ocorrido no mês de maio, em Brasília, e de órgãos do governo federal.

O documento contém 113 objetivos e princípios transversais.

A íntegra da Declaração, consensuada por todos os países, foi divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro (https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-i-v-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica).

Como anfitrião da Cúpula, coube ao governo brasileiro apresentar o texto-base da Declaração de Belém, posteriormente analisada, ajustada e aprovada por todos os países. Caberá à OTCA exercer papel central na

execução da nova agenda de cooperação amazônica.

Abaixo, os principais compromissos da Declaração de Belém:

1. Combinar os esforços de seus governos, no mais alto nível, para fazer avançar uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia que seja implementada sob a égide do desenvolvimento sustentável, da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, das florestas e da água, da ação urgente para evitar o ponto de não retorno. Combinar os esforços de seus governos, no mais alto nível, para fazer avançar uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia, do combate ao desmatamento e às atividades ilegais na região, do desenvolvimento econômico com inclusão social e geração de renda e emprego, com base em mecanismos de participação social, em especial dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, e do fortalecimento da OTCA.

2. Estabelecer a Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento entre os Estados-Partes, com o objetivo de promover a cooperação regional no combate ao desmatamento e de evitar que a Amazônia atinja o ponto de não retorno.

3. Determinar a criação do Painel Intergovernamental





Foto: divulgação/ Audiovisual

Técnico-Científico da Amazônia, no âmbito da OTCA.

4. Retomar o diálogo e a cooperação entre a OTCA e a Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ).

5. Exortar os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos de fornecer e mobilizar recursos, incluindo a meta de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático para apoiar as necessidades dos países em desenvolvimento.

6. Iniciar um diálogo entre os Estados-Partes sobre a sustentabilidade de setores tais como mineração e hidrocarbonetos na Região Amazônica, no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e de suas políticas nacionais soberanas.

7. Promover o estabelecimento, no âmbito do Mecanismo dos Povos Indígenas da Amazônia, de um fórum de povos indígenas e comunidades locais e tradicionais.

8. Promover a inovação de tecnologias para a sustentabilidade das cadeias produtivas da agropecuária, da pesca e da

aquicultura, da silvicultura, da agrossilvicultura, da agricultura familiar e de outras áreas prioritárias, por meio do manejo integrado da floresta em pé e do uso sustentável dos recursos naturais.

DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIAS

Diferenças e convergências podem ser observadas entre os dois documentos básicos. Mesmo em pontos convergentes há abordagens diferentes como, por exemplo, no caso do desmatamento zero e da exploração de petróleo na bacia Amazônica.

Por outro lado, pontos convergentes foram contemplados, como a cobrança da transferência de 100 bilhões de dólares por ano dos países que historicamente mais contribuíram com emissões de gases de efeito estufa para os países em desenvolvimento, que não se efetivou; e também a garantia de participação dos povos indígenas, comunidades tradicionais, sindicalistas urbanos e rurais, cientistas e acadêmicos nas estruturas e atividades da OTCA.

A decisão dos governos de se criar o Painel Intergovernamental

Técnico-Científico da Amazônia, no âmbito da OTCA, com representações dos povos e comunidades da floresta, é um ponto que vale ser destacado. Alguns temas discutidos não foram adequadamente relatados, como o mercado de carbono.

Mas é confortante saber que em ambos os documentos-sínteses se afirma a necessidade de evitar o ponto de não retorno, que levaria o bioma a perder sua capacidade de prover os serviços ecossistêmicos da preservação da biodiversidade, da regulação do ciclo das chuvas e do carbono.

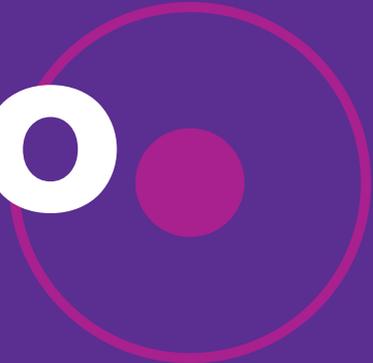
Contudo, o mais importante, neste momento, foi a abertura do diálogo entre governo e sociedade civil, garantindo-se a participação e a fala para as representações da sociedade nesse debate, particularmente dos povos indígenas, extrativistas, quilombolas, camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, cientistas, acadêmicos e acadêmicas.



Gilney Viana -

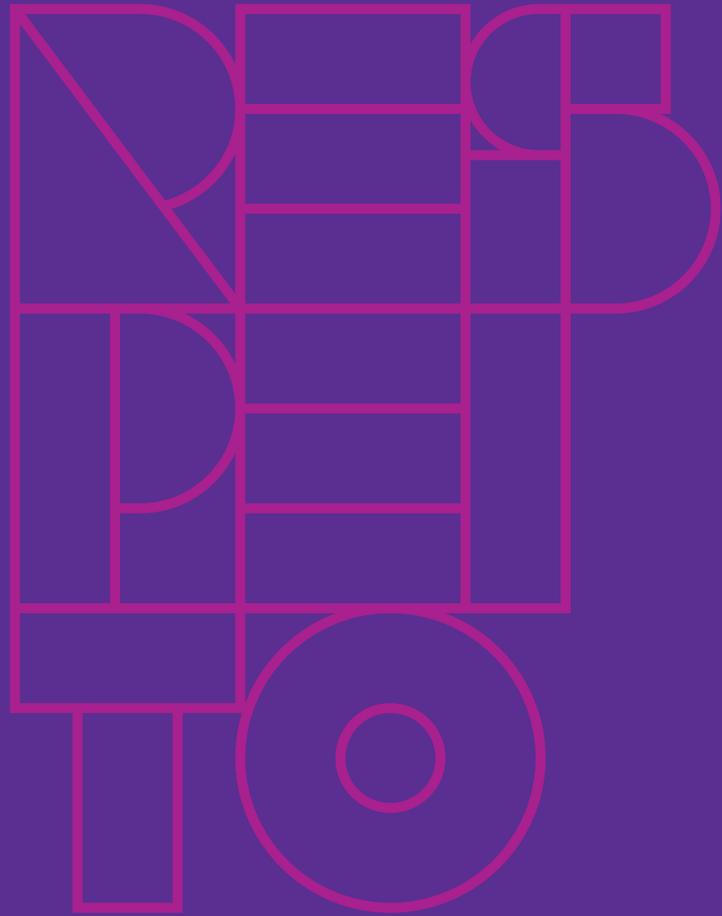
Ambientalista, membro da Comissão Camponesa da Verdade e do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

**Ela e ele
fazem
o mesmo
trabalho**



Mas ela ganha
22% a menos.

**Quando passa do ponto, é discriminação de gênero.
É misoginia.**



**BRASIL SEM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
BRASIL COM RESPEITO.**

Nem toda agressão é física, mas sempre deixa marcas. Respeitar todas as mulheres é o nosso ponto. É construir um país mais seguro, justo e com igualdade para todas.



PARA SE
INFORMAR,
SER OUVIDA
OU DENUNCIAR.

MINISTÉRIO DAS
MULHERES



SINDICALISMO NA AMAZÔNIA: UM ATO DIÁRIO DE RESISTÊNCIA

"Fazer sindicalismo na Amazônia é um ato diário de resistência, pois o capital está atuante nos conflitos agrários, no agronegócio, no latifúndio, no garimpo ilegal e até em conluios com governos para desviar, explodir o curso dos rios, da vida, ignorando que ali tem gente, história, territórios, ancestralidade e cultura."

A declaração foi feita na tarde da sexta-feira, 4 de agosto, na Cúpula da Amazônia, realizada em Belém de 4 a 6 de agosto, pela diretora da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) Vera Paoloni, que também é secretária-geral da CUT-PA e vice-presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará.

Os movimentos sociais falaram por blocos na Cúpula, após a exposição na plenária que debateu "A participação e a proteção dos territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos da floresta e

das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Eradicação do trabalho escravo no território".

Participaram do encontro o ministro dos Direitos Humanos do governo Lula, Sílvio Almeida, que enfatizou ser esse o momento de devolver direitos humanos à população brasileira e cuidar do meio ambiente. A coordenação da mesa foi da secretária executiva do Ministério das Mulheres, Carmen Foro, em conjunto com Eunice Guedes, da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Vera Paoloni fez uma saudação especial à classe trabalhadora, que constrói a riqueza do país e quase nada usufruiu dessa riqueza. "Tanto a classe trabalhadora organizada e que conquistou

direitos graças aos sindicatos, guardiães dos direitos sociais e trabalhistas, e também à classe trabalhadora sem nenhum direito e que sobrevive nas capinas, nos aplicativos.

É a hora de devolver à classe trabalhadora no geral os direitos humanos, dos mais básicos aos mais amplos. E que parem de nos matar, nos interromper, nos confiscar. Basta", denunciou a diretora da Fetec-CUT/CN.

Fonte: Fetec-CUT/CN (<http://www.fetec.cn.com.br/meio-ambiente/fazer-sindicalismo-na-amazonia-e-um-ato-de-resistencia-diz-vera-paoloni/>)



FETEC CUT
Centro Norte



O CURRAL VERMELHO: SALVANDO O BRASIL?

————— José Bessa Freire



Foto: Taquipretti



Um deputado federal, com coragem desassombrada, apresentou um Projeto de Lei que pode mudar os destinos do Brasil e deixou no chinelo o governo Lula, que perde tempo com questões menores como Fome Zero, Bolsa Família, Desenrola Brasil, Distribuição de Renda, Minha Casa Minha Vida, Saneamento Básico, Programa Cisterna, Desmatamento Zero, Direitos Humanos, Arcabouço Fiscal, Reforma Tributária e outros afins.

Não é disso que o Brasil precisa, mas de algo relevante que salve o país dos ataques ardilosos de seus inimigos, embora o preço a pagar seja alto. Este Projeto de Lei custou até agora R\$ 1.291,556,44 pagos pelo contribuinte ao referido parlamentar, de janeiro a julho, incluindo verbas de gabinete e salários, segundo o Portal Transparência da Câmara dos Deputados, sem contar a economia de aluguel por moradia em

imóvel funcional. Mas valeu a pena o investimento.

Afinal, quem é esse deputado e qual o projeto de Lei que protocolou na Câmara?

LARANJAL DO PSL

O deputado federal Marcelo Álvaro Antônio, agora em seu terceiro mandato, é um presente de Minas Gerais para o Brasil. Já pertenceu ao RP, PSL e PL, partidos considerados "vixe-vi-

xados” pela oposição. Ministro de Turismo do governo Bolsonaro, foi demitido por desavenças com o gen. Luiz Eduardo Ramos, então Secretário-Geral da Presidência, a quem chamou de “Traíra” e assim reforçou o apelido de “Maria Fofoca” dado ao general por outro ministro.

Na sua despedida, Marcelo reuniu os funcionários do Ministério do Turismo e, sem máscara, em plena pandemia, fez vibrante discurso sobre suas virtudes, porém por galhardia e modéstia não mencionou a cobertura impiedosa da mídia no escândalo conhecido como Laranjal do PSL. Dizem que ele teria patrocinado candidaturas “laranjas” de mulheres para adubar sua campanha e a do candidato Jair.

Os antipatriotas espalharam com detalhes que Marcelo montou um esquema para desviar verbas públicas dos fundos eleitoral e partidário destinadas a candidaturas femininas, que por lei deviam cumprir a cota

mínima de 30% de mulheres. Ele teria usado empresas fantasmas, que depois devolviam a bufunfa para suas contas.

Segundo o COAF, Marcelo movimentou quase R\$ 2 milhões em contas bancárias pessoais, de fevereiro de 2018 a janeiro de 2019, o que é “incompatível com o seu patrimônio, capacidade financeira, atividade econômica e ocupação profissional”. Assim, foi indiciado pela Polícia Federal e denunciado pelo Ministério Público por crimes de apropriação indébita de recurso eleitoral, caixa 2, associação criminosa e falsidade ideológica. Perseguição política – ele diz. Sua “inocência será provada nos autos”, como sói acontecer nas fórmulas usadas por advogados.

CUECA VERMELHA

Foi com este currículo robusto que Marcelo Antônio se credenciou para salvar o Brasil e não deixar que o atual Governo “viole a Constituição Federal”.

No Portal da Câmara, ele se intitula “anticomunista, patriota, conservador”, por isso os comunistas bombardearam o seu Projeto de Lei, que proíbe Lula e seus ministros de “usarem a cor vermelha em suas vestimentas”. Afinal, esta cor simboliza algo demasiado potente.

O uso de gravata, calça, meia ou camisa vermelha configurará “crime de responsabilidade”. Embora não esteja explicitado no projeto, certamente a regulamentação da lei irá incluir cuecas, cuja cor será captada por radiação ionizante tipo Raio-X.

É preciso nobreza de espírito para reconhecer o valor de uma lei, capaz de “evitar que o Brasil se transforme numa Venezuela”. Marcelo Antônio se inspirou no gen. Justino Bastos, comandante do III Exército que, numa fogueira pública em Porto Alegre, em 1964, queimou com estardalhaço “O Vermelho e o Negro”, romance de Stendhal escrito em 1827, que o general não



BRUNO MARGISTA
RABISCO DO BRUM

Charge: divulgação / Rodrigo Brum



Foto: Divulgação

“ **A cor do meu batuque tem o toque vermelho, vermelhaço, vermelhusco, vermelhante, vermelhão.** ”

Projetos como esse não são casos isolados. Recentemente, em maio, dois projetos de Lei Ordinária foram aprovados por unanimidade pela Assembleia Legislativa (ALE-AM), decretando as saudações “Selva” e “A Paz do Senhor Jesus” como patrimônio cultural imaterial do Amazonas.

No caso do “vermelho”, seu autor enfrentou com bravura ofensas nas redes sociais em que foi rotulado de “imbecil”, “idiota”, “babaca” e até de “pascácio”, constrangendo os 26 funcionários de seu Gabinete.

Alguém no facebook lembrou o saudoso Stanislaw Ponte Preta, criador do FEBEAPÁ – Festival da Besteira que Assola o País, que ressuscitou para nos perguntar: Até quando o Brasil vai gastar dinheiro para zombar da nossa inteligência? Até o gado no curral vermelho?

Quando falei do projeto para meu amigo francês Julien de Mairrá, de passagem pelo Brasil, ele pensou que se tratava de brincadeira. Inspirado no seu xará Sorel, personagem de Stendhal, exclamou:

– *Ouh là là! Bah dis donc! C’est pas vrai!*

– *Oui, mon cher Julien, c’est vrai. Malheureusement, il y a pas mal de cons au parlement brésilien.*

A nossa “vingança” será que, se o projeto for aprovado, Lula o vetará usando uma caneta bic de cor vermelha. Só de pirraça.



José Bessa Freire – Sociólogo. Professor Universitário. Jornalista. Escritor. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri. Suas crônicas são publicadas, semanalmente, em seu blog www.taquiprati.com.br.

leu, mas cujo título não deixa dúvidas: “propaganda comunista e pior ainda da crioulada”.

Marcelo Antônio – esse é o cara – fez uma leitura perspicaz do poema “Os Sinais” de Vicente Guimarães, tio do escritor Guimarães Rosa, publicado nos livros de ensino fundamental:

“ **Diz o vermelho: ‘perigo’
O verde: ‘pode passar’
O amarelo, nosso amigo
nos aconselha a esperar.** ”

OS SINAIS

Enquanto os ignorantes e ingênuos acreditam que se trata

apenas do ensino das normas de trânsito às crianças, o deputado percebeu o sinal de “alerta” para o perigo comunista. Ele odeia o vermelho, que deve ser retirado das bandeiras de alguns estados brasileiros, incluindo o Amazonas. Sua substituição será pela cor laranja, que ele ama, ou o verde e o amarelo.

Consciente de que os comunistas se infiltraram até na dança do boi, o parlamentar é capaz de protocolar outro projeto, igualmente custoso, para proibir Fafá de Belém de fazer propaganda subliminar ao repetir em seu canto:

AS VERRUGAS GELADAS QUE TEMPERAM ÁGUAS E SOLO

Antenor Pinheiro, especial de Banff, Canadá

Nas bandas geladas do norte, a cadeia de montanhas rochosas integra os domínios de Alberta, a porção canadense que garante ursos e esquilos das florestas formadas aos pés de milenares picos ornados com caldas de chantilly escorridas das encostas íngremes, musicadas e depositadas ao fundo das águas de Moraine.

Hoje depreendo! Estão na zona temperada norte do planeta, as dez "torres" rochosas, lindamente mágicas, do sudoeste do Canadá. São desdobramentos milenares, gigantes "verrugas" geladas, formados por movimentos de placas tectônicas "empurradas" a partir do oceano pacífico ao longo de milhões de anos.

Perfilaram-se assim, em dez afloramentos, essas beldades geladas da província de Alberta, por terem "espremidos" seus subterrâneos contra o continente norte-americano. É como se as energias cósmicas empurrassem com suas milhares de mãos as porções costeiras do oceano ao norte do planeta contra a "terra firme" de maple tree. E assim formaram-se os paradisíacos vales de águas azul-turquesa, dentre eles o Lago Moraine, resultante da erosão glacial, cujos sedimentos depositados ao fundo do lago explicam a magia de suas cores deslumbrantes. Ao fotografar ingenuamente coloridos caiaques e canoas estacionados junto a retalhos

de "turísticas" rochas ígneas, a correta composição fotográfica de cores da paisagem furtou-me o significado científico da sucessão de elevações metamórficas formadoras dos dez picos de interesse geográfico - agora o sei!



Antenor Pinheiro - Geógrafo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



Foto: Antenor Pinheiro

MULHERES INDÍGENAS NO FRONT

Flávia Perez



Foto: divulgação/ Vik Birbeck

***Mulheres geram vida e,
preocupadas com as futuras gerações,
vêm assumindo o protagonismo na defesa dos territórios,
na busca pela garantia dos direitos dos povos originários
e em prover às futuras gerações.***

Mulheres querem ter sua voz ouvida.

Inimá Krenak – Gestora de projetos do Fundo Casa Socioambiental

O crescimento da representatividade feminina nos territórios indígenas vem contribuindo para a geração de renda e, também, para o combate ao garimpo ilegal. Um levantamento da organização Fundo Casa Socioambiental mostra um aumento de 25%, nos últimos dois anos, no quantitativo de projetos liderados por mulheres que receberam apoio da instituição. Essa maior participação feminina fortalece os laços com os territórios, contribuindo para o uso sustentável dos recursos.

Um relatório da ONU, divulgado em março de 2021, revelou uma forte conexão entre terras indígenas reconhecidas e a conservação florestal na América Latina e no Caribe. O estudo, conduzido pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo para Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), apontou que as taxas de desmatamento são mais baixas em territórios indígenas, onde há reconhecimento formal

dos direitos às terras, por parte do governo. Por isso, a pesquisa destaca os povos indígenas como “guardiões da floresta”.

Uma dessas guardiãs é Elizângela Baré, líder da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMIARN), na fronteira com a Colômbia, no Amazonas. A associação, que abrange comunidades em duas terras indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, e em Manaus, encontra, na mobilização feminina, uma

ferramenta poderosa para a busca da autonomia e valorização do território, fortalecendo habilidades culturais e de resistência, como o artesanato e a agricultura.

Composta por artesãs e agricultoras dos povos Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Koripako, Pira-tapuiya, Tariana, Tukano e Wanano, a AMIARN criou uma loja que se tornou ponto de referência na região. Ao todo, são cerca de 360 pessoas envolvidas diretamente no projeto, que conta com apoio do Fundo Casa Socioambiental. O trabalho das artesãs do Amazonas também já foi levado a mais de 10 feiras de artesanato na região.

A cada ano, são realizados eventos e feiras que visam fortalecer a cultura e promover geração de renda sustentável. As lideranças buscam, ainda, conscientizar a população sobre a importância de garantir a defesa do território. No projeto “Organizadas podemos seguir lutando pelo nosso Direito”, a associação busca também ampliar a visão das mulheres sobre os desafios para combater o ataque aos direitos dos indígenas e como podem lutar frente a isso.

Outra iniciativa que rompe com a tradição de prevalência de organizações lideradas por homens é a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun, também apoiada pelo Fundo Casa Socioambiental, na qual as mulheres assumem a defesa do território, estimulando atividades produtivas e de geração de renda, como o artesanato, ao mesmo tempo em que valorizam os saberes e as práticas tradicionais. O projeto impacta cerca de 1.000 pessoas diretamente e indiretamente.

A Associação foi criada para fortalecer o grupo de mulheres guerreiras da etnia Munduruku na luta contra os grandes projetos que ameaçam o território nas regiões do alto, médio Tapajós e baixo Teles Pires, no Pará e em Mato Grosso, onde habitam secularmente. Atuam, ainda, pela articulação e participação das mulheres sobre direitos próprios, comunicação, agroecologia e nas decisões políticas que afetam os povos originários, motivando a participação em reuniões, audiências, debates e encontros.

MONITORAMENTO DO TERRITÓRIO

A luta pela proteção do território e por garantir os direitos dos indígenas impulsionou a criação da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun no município de Jacareacanga, no Pará. Uma das primeiras iniciativas foi a formação de jovens e criação de um coletivo audiovisual. A partir desse momento, o grupo começou a filmar e monitorar as invasões e os ataques sofridos pela comunidade.

“O combate ao garimpo ilegal foi o ponto de partida para a criação da associação. Com o monitoramento das invasões, conseguimos combater as violências sofridas e impedir novas invasões”, explica Maria Leusa Munduruku, líder da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun.

Durante a COP21, em Paris, Maria Leusa recebeu o Prêmio PNUD Equador, uma iniciativa do Programa das Nações Unidas que reconhece grupos indígenas em todo o mundo que estão desenvolvendo projetos sustentáveis e que ajudam a aumentar a resiliência de suas comunidades.

Além de atuar pela defesa do território, a associação promove oficinas de artesanato e incentiva outras mulheres a participar dos encontros e das assembleias para que possam conhecer seus direitos e gerar renda, beneficiando as famílias e toda a comunidade.

Outra importante liderança indígena é Alessandra Korap Munduruku, reconhecida com o prêmio Goldman de Meio Ambiente 2023. A trajetória percorrida pela luta das mulheres Munduruku contribuiu para a luta de seu povo pela demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, símbolo de resistência a hidrelétricas, garimpo ilegal e desmatamento, garantindo o direito ao território aos Munduruku.

O processo de demarcação da área, localizada nos municípios de Itaituba e Trairão, no Pará, começou em 2007, quando foi instituído o primeiro grupo técnico para realizar os estudos de identificação e delimitação. O processo de demarcação avançou nos últimos anos, mas ainda aguarda conclusão.

GERAÇÃO DE RENDA SUSTENTÁVEL

Situada na fronteira com a Colômbia, no Amazonas, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMIARN) foi fundada em 2009, quando um pequeno grupo representado por mulheres decidiu unir forças e organizar a associação.

Com participação ativa em projetos, reuniões e oficinas, todas as atividades foram conduzidas, até 2019, de forma vinculada à Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, mas no ano seguinte a história começou a mudar.

O grupo decidiu regularizar a associação para fortalecer e ampliar a atuação das mulheres indígenas na busca por melhores condições de vida e trabalho para a comunidade no território, estimulando a luta pelos direitos indígenas e, principalmente, pelos direitos da mulher.

“Estimulamos as mulheres a ter mais autonomia e autoestima a partir do artesanato, contribuindo para a geração de renda, que beneficia famílias que compõem o território.

Além disso, buscamos a soberania alimentar, um desafio para os territórios já demarcados, e trabalhamos para que esse conhecimento possa contribuir para a proteção do território, do *habitat* e do meio ambiente”, explica a líder indígena Elizangela Baré, que assume a função de articuladora e mobilizadora de parcerias da associação.



Flávia Perez (fla.perez@gmail.com) – Jornalista. Matéria produzida para o **Fundo Casa Socioambiental**, organização que

busca promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a justiça social por meio do apoio financeiro e do fortalecimento de capacidades de iniciativas da sociedade civil na América do Sul. Entre 2018 e 2022, o Fundo Casa apoiou 508 projetos de organizações indígenas. Ao todo, foram 316 organizações indígenas apoiadas, representando 177 diferentes etnias entre as 305 reconhecidas no Brasil. Foram 13 temáticas diferentes e mais de 60 mil pessoas beneficiadas por meio desses apoios. Mais de 20 milhões de reais doados para essas organizações, montante equivalente a 38% dos recursos doados pelo Fundo Casa.



A HISTÓRIA DO VENTO

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida

O vento é chamado de Tãpiya. Os olhos humanos não podem vê-lo, somente Pawa (o Sol) consegue vê-lo. O vento está soprando o tempo todo para esfriar a terra. Se o vento não existisse, a terra já teria pegado fogo. É também o vento que traz a chuva para molhar a terra. Pawa transformou sua filha e a deixou aqui para sobrar os Ashaninka, a mata e para não deixar que a terra esquentasse muito, conforme diz o mito. (Mito Ashaninka)

História de antigamente, quando Pawa deixou o vento. Estava com os filhos dele e um não parava; andava para um lugar, andava para outro, não parava. Pawa falou para um de seus filhos:

– Meu filho, vá chamar sua irmã e diga a ela que venha até aqui.

– Está bom, vou chamá-la.

– Procure-a até encontrá-la. Se ela não quiser vir, pegue-a. Ela vai sumir, mas você não deve abrir sua mão. Abra só quando ela chegar aqui.

– Ele foi e a encontrou.

– Minha irmã, eu vim porque Pawa está chamando.

– Por que ele está chamando?

– Não sei, ele disse pra você ir logo, sem demora.

– Eu estou indo, não vou demorar.

– Não, ele quer que eu te leve agora, e pegou-a.

Ela desapareceu, e ele seguiu com a mão fechada, conforme

Pawa havia falado. Quando ele chegou perto de onde Pawa estava, ele pensou: “O que vou mostrar a Pawa? ele só sentia como o vento que nós sentimos agora. Ele disse:

– Eu acho que ela já foi na frente.

Abriu a mão e ela ficou de pé na frente dele. “Vamos chegar onde está Pawa!” e pegou-a de novo e ela sumiu. Ele chegou onde estava Pawa.

– Você chegou, meu filho? “Cheguei,” disse o filho.

– Onde está sua irmã? “Eu trouxe, ela está aqui,” respondeu.

Ele só sentia o vento soprar, mas não enxergava, então ela apareceu como gente.

– Você escutou que eu estava te chamando, minha filha?

– Sim, eu escutei, Pawa.

– Eu chamei você aqui para dizer que você agora vai ficar aqui embaixo, na terra, e vai soprar os mortos e vai seguir os mortais. Você

vai ficar soprando os outros, suas irmãs, como a macaxeira, para não esquentar muito quando eu (o Sol) estiver olhando lá do alto (do céu).

– Está bom, Pawa. Eu fico.

– Agora, minha filha, você vai virar o vento! Ninguém vai te ver.

Aí o vento saiu soprando. Foi daí que apareceu o vento. O vento não deixa as árvores morrerem quando estão nascendo, fica soprando para a terra não esquentar e matar todos nós. (Mito contado por Arissêmio, 1995).



Manuela Carneiro da Cunha

– Antropóloga. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.



Mauro Almeida

– Antropólogo. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.





LEI MARIA DA PENHA: 17 ANOS!

Bia de Lima

Em 7 de agosto, há 17 anos, era sancionada a Lei Maria da Penha no Brasil, em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo da nossa luta diária contra o feminicídio.

A lei entrou em vigor em 22 de setembro de 2006 e, no dia seguinte, o primeiro agressor foi preso por tentar estrangular a ex-mulher.

A legislação é um marco, mas não é o bastante. Por isso, nosso mandato está todos os dias erguendo a voz e propondo políticas públicas de proteção à mulher e prevenção contra as violências.

Por essa razão, neste mês de agosto de 2023, damos um grande salve para a guerreira Maria da Penha e para todas as mulheres que, por meio de suas lutas individuais e coletivas, constroem um mundo mais justo e mais solidário para todas nós.



Bia de Lima - Presidenta do Sintego. Deputada Estadual PT/Goiás. Conselheira da Revista Xapuri.





SUSTENTABILIDADE

NOSSO FUTURO ESTÁ AMEAÇADO

Leonardo Boff

Foto: Divulgação





Um fato que tem provocado muitos cientistas, especialmente biólogos e astrofísicos, a falarem do eventual colapso da espécie humana é o caráter exponencial da população. A humanidade precisou de um milhão de anos para alcançar em 1850 um bilhão de pessoas.

Os espaços temporais entre um crescimento e outro diminuem cada vez mais. De 75 anos - de 1850 a 1925 - passaram para cada 5 anos atualmente. Prevê-se que por volta de 2050 haverá dez bilhões de pessoas. É o triunfo inegável de nossa espécie.

Lynn Margulis e Dorian Sagan no conhecido livro *Microcosmos* (1990) afirmam com dados dos registros fósseis e da própria biologia evolutiva que um dos sinais do colapso próximo de uma espécie é sua rápida superpopulação.

Isso pode ser visto com micro-organismos colocados na *cápsula de Petri* (placas redondas de vidro com colônias de bactérias e nutrientes). Pouco antes de atingirem as bordas da placa e se esgotarem os nutrientes, multiplicam-se de forma exponencial. E de repente todas morrem.

Para a humanidade, comentam eles, a Terra pode mostrar-se idêntica a uma *cápsula de Petri*. Com efeito, ocupamos quase toda a superfície terrestre, deixando apenas 17% livres, por ser inóspita, como os desertos e as altas montanhas nevadas ou rochosas. Lamentavelmente de homicidas, genocidas e ecocidas nos fizemos biocidas.

O eminente biólogo Edward Wilson atesta em seu instigante livro *O futuro da vida* (2002, 121): "O homem até hoje tem desempenhado o papel de assassino planetário... a ética da conservação, na forma de tabu, totemismo ou ciência, quase sempre chegou tarde demais; talvez ainda haja tempo para agir".

Vale citar ainda dois nomes da ciência que possuem grande respeitabilidade: James Lovelock, que elaborou a teoria da Terra como Superorganismo

vivo, Gaia, com um título forte *A vingança de Gaia* (2006).

Ele é contundente: "até o fim do século 80% da população humana desaparecerá. Os 20% restantes vão viver no Ártico e em alguns poucos oásis em outros continentes, onde as temperaturas forem mais baixas e houver um pouco de chuva... quase todo o território brasileiro será demasiadamente quente e seco para ser habitado" (Veja, Páginas Amarelas de 25 de outubro de 2006).

O outro notável é o astrofísico inglês Martin Rees, que ocupa a cátedra de Newton (*Hora final*, 2005), que prevê o fim da espécie antes do fim do século XXI.

Carl Sagan, já falecido, via no intento humano de demandar à Lua e enviar naves espaciais como o Voyager para fora do sistema solar como manifestação do inconsciente coletivo que presente o risco de nossa próxima extinção. A vontade de viver nos leva a cogitar formas de sobrevivência para além da Terra.

O astrofísico Stephen Hawking fala da possível colonização extra-solar com naves, espécie de veleiros espaciais, propelidas por raios laser que lhes confeririam uma velocidade de trinta mil quilômetros por segundo. Mas para chegar a outros sistemas planetários teríamos que percorrer bilhões e bilhões de quilômetros de distância, necessitando muitos e muitos anos de tempo.

Ocorre que somos prisioneiros da luz, cuja velocidade de trezentos mil quilômetros por segundo e é até hoje insuperável. Mesmo assim, só para chegar à estrela mais próxima - a Alfa do Centauro - precisaríamos de quarenta e três anos, sem ainda saber como frear essa nave a esta altíssima velocidade.

Naturalmente, precisamos ter paciência para com o ser humano. Ele não está pronto ainda. Tem muito a aprender. Em relação ao tempo cósmico, possui menos de um minuto de vida.

Mas, com ele, a evolução deu um salto, de inconsciente se fez consciente. E com a consciência pode decidir que destino quer para si. Nesta perspectiva, a situação atual representa antes um desafio que um desastre inevitável, a travessia para um patamar mais alto e não fatalmente um mergulho na autodestruição. Estaríamos, portanto, num cenário de crise de paradigma civilizacional e não de tragédia.

Mas haverá tempo para tal aprendizado? Tudo parece indicar que o tempo do relógio corre contra nós. Não estaríamos chegando tarde demais, tendo passado já o ponto de não retorno?

Mas como a evolução não é linear e conhece frequentes rupturas e saltos para cima como expressão de maior complexidade e como existe o caráter indeterminado e flutuante de todas as energias e de toda a evolução, consoante a física quântica de W. Heisenberg e de N. Bohr, nada impede que ocorra a emergência de outro patamar de consciência e de vida humana que salvasse a biosfera e o planeta Terra.

Essa transmutação seria, segundo Santo Agostinho em suas *Confissões*, fruto de duas grandes forças: de um grande amor e de uma grande dor. É o amor e a dor que têm o condão de nos transformar inteiramente. Desta vez, mudaremos por um imenso amor à Terra, nossa Mãe, e por uma grande dor pelas penas que está sofrendo e da qual a inteira humanidade participa.



Leonardo Boff - Teólogo. Filósofo. Escritor, em *A Grande Transformação* na economia, na política e na ecologia. Editora Vozes, 2014.

SINPRO LANÇA PROJETO "MEU PLANETA, NOSSA CASA" NO CED AGROURBANO IPÊ

Mudar o comportamento da sociedade para impedir o aprofundamento das mudanças climáticas, o aquecimento do planeta e evitar a extinção em massa de várias espécies é uma tarefa urgente. O Sinpro-DF, com seu perfil e prática cidadã, não poderia assistir a isso sem tomar alguma providência. Assim, na segunda-feira (7/8), lançou, no CED Agroubano Ipê Caub I, o projeto "Meu planeta, nossa casa" – um macroprojeto com dois grandes objetivos: o primeiro é o de pôr em curso ações que sensibilizem a sociedade sobre as atitudes que pioram o aquecimento global.

O segundo objetivo depende do sucesso do primeiro. Se os subprojetos articulados no macroprojeto assegurarem a mudança de comportamento social, o macroprojeto atingirá o seu segundo objetivo, que é o de gerar emprego e renda às famílias catadoras de coleta seletiva. O projeto é desenvolvido em parceria com o Observatório da Inclusão Social dos Catadores e com a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF (Centcoop).

"Neste primeiro momento, sete escolas participam de um piloto para ajustamentos e melhoramentos e aquisição de parcerias porque a ideia é ampliá-lo para as mais de setecentas escolas públicas e, em

seguida, para toda a sociedade do Distrito Federal", informa Gilza Camilo, coordenadora da Secretaria de Administração do Sinpro.

Além de Gilza, participaram do evento, as diretoras do Sinpro Ana Bonina e Joana Darc; Márcia Kumer e Ricardo Valle, do Observatório da Inclusão Social dos Catadores; Sheila Pereira da Silva Mello, diretora do CED Agroubano Ipê do Caub I; Renata Cardoso, diretora do CED Vargem Bonita; Leonardo Hatano, professor de biologia e coordenador do CED Agroubano Ipê do Caub I; Márcio Maestri Rossoni, professor do CEI 04 de Taguatinga; e Sabrina Marques, diretora do CEI 04 de Taguatinga; Eliane Ribeiro da Silva e outras duas representantes do Centcoop.

O "Meu planeta, nossa casa" é formado por subprojetos, dentre os quais, o Eco. (Eco ponto) – lixeiras de coleta seletiva instaladas em pontos predefinidos –, e a campanha publicitária de conscientização sobre a coleta seletiva de resíduos a ser veiculada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Gilza informa que, inicialmente, o Sinpro-DF vai adotar o Eco. na sede do Setor de Indústrias Gráficas (SIG); posteriormente, nas subsedes.

Eliane Ribeiro da Silva, catadora da Cooperativa Renascer e diretora Financeira da Centcoop, afirma que

"esse projeto vai trazer muitos benefícios para a Centcoop para além do aumento do volume, bem como da qualidade do resíduo. Quando o resíduo é de qualidade, agrega mais valor à renda dos catadores. Também é muito bom para a conscientização dos trabalhadores por meio dos sindicatos", afirma.

A ESCOLA E O SINDICATO SÃO INSTRUMENTOS DA PRESERVAÇÃO DA VIDA

Rosilene Corrêa, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), participa do projeto e está otimista. "Tem tudo para dar certo, mas precisamos de envolver toda a sociedade. Essa é uma tarefa de todo mundo. Por isso, fomos à Câmara Legislativa e buscamos o apoio dos deputados para garantir emendas às escolas para elas terem recursos para executarem o projeto".

"Não tenho dúvidas de que é a educação, portanto, é a escola que pode mudar as pessoas para que elas possam transformar o mundo. Não vejo um espaço mais rico e de maior alcance de mudanças do que as escolas", completa a sindicalista. Ela ressalta, ainda, o papel dos sindicatos na construção desse novo comportamento social para mi-



Foto: Joielma Bonfim/Arquivo Sinpro-DF

nimizar as mudanças climáticas”, afirma a sindicalista.

Ela diz que os sindicatos também são instrumento de mudança social. “Lidam com os trabalhadores que, por sua vez, influenciam positivamente suas famílias e são repercussores(as) de novos comportamentos etc. Daí a ideia de transformar os sindicatos, locais de trabalho e outros espaços em ambientes dessa transformação”.

O “LIXO” E O POTENCIAL DO DF DE GERAR EMPREGO E RENDA

Márcia Kumer, do Observatório, informa que o DF tem um potencial muito grande para a geração de renda por meio dos resíduos e afirma que a capital do País aterra mais de 2,2 milhões de toneladas, conforme Relatório SLU 2022, dos seus diversos tipos de resíduos em sua maioria recicláveis. Aqui incluídos a fração do resíduo orgânico e da construção civil. “Segundo o grupo C40, de cidades que já trabalham suas ações para mitigar e reduzir a emissão de carbono, a cada 10 mil toneladas de resíduos, uma cidade pode gerar 404 novos empregos. Assim, o potencial do

DF é de, aproximadamente, 90 mil empregos diretos e indiretos com a destinação adequada dos resíduos”, informa a engenheira.

O “Meu planeta, nossa casa” pretende ser um instrumento de modificação do comportamento social padrão prejudicial ao planeta. “Como é que vamos alterar esses processos de forma a evitar essa quantidade de emissão de carbono que geramos com todas as ações que a gente executa dia a dia e como podemos transformar tudo isso em processos mais sustentáveis? Responder a isso e executar uma mudança na sociedade é o objetivo do grupo e estamos ficando muito impressionados com o que estamos encontrando no decorrer do desenvolvimento do nosso projeto, as pessoas se revelam preocupadas e animadas em aderir às atividades dos projetos”, revela Kumer.

COM LIXO ZERO, O PREMIADO CED AGROURBANO IPÊ DO CAUB I SAI NA FRENTE

Na busca de uma ação que modifique o comportamento da população, o Observatório encontrou, no CED Agrourbano Ipê do Caub I, outro projeto de conscientização

ambiental, que envolve a formação pedagógica dos estudantes e todas as disciplinas. Trata-se do projeto Lixo Zero, um programa de educação ambiental coordenado pelo professor de biologia e coordenador da escola, Leonardo Hatano.

O Lixo Zero está em curso na escola desde antes da pandemia da Covid-19 e é financiado pelo governo japonês por intermédio da Agência Internacional de Cooperação do Japão (Jica), que fornece bolsas de estudos em diversas áreas. Servidores do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) foram contemplados com o curso de Gestão de Resíduos Sólidos no Japão. Em contrapartida, ao retornarem ao Brasil, eles escreveram um projeto de educação ambiental para ser aplicado em uma escola. O CED Agrourbano Ipê do Caub I foi selecionado como projeto piloto antes da pandemia.



O VERDADEIRO VALOR DO PETRÓLEO DA FOZ DO AMAZONAS

Caetano Scannavino



... Até porque se a escolha for para perpetuarmos numa festa em que deixamos acabar o gelo, pode queimar tudo, até o filme. Depois do nosso triste papel como a última nação a abolir a escravidão, queremos ser uma das últimas a abolir a queima de combustíveis fósseis?

Com o pré-sal, o Brasil não resolveu a educação, como prometido, nem o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro, mas segue batendo recordes de produção de petróleo – e assim será até a

próxima década –, embora as projeções da Agência Internacional de Energia (AIE) indiquem que a demanda global por combustíveis fósseis deve cair a partir de 2028, assim como o preço do barril,

diante da transição energética rumo às fontes renováveis.

A questão é se o Brasil vai querer ir na contramão mundial ao projetar na Foz do Amazonas e em toda a margem equatorial,

talvez a maior nova frente de exploração petrolífera do planeta, estimando para depois de 2030 o auge da produção nacional.

Com a perfuração da margem equatorial, estão previstas receitas entre US\$ 770 bilhões e US\$ 2,3 trilhões. Fica a pergunta: se o Brasil optar por queimar todo esse petróleo, o que deixará de ganhar?

O valor dessas reservas pode ser infinitamente maior se as deixarmos lá, nas profundezas. Há um custo gigante para cada 0,1 °C de aumento da temperatura global. O argumento para uma forte ação de curto prazo é, também, econômico.

Para cada US\$ 1 investido em mitigação, poupa-se de US\$ 1,5 a US\$ 4 em efeitos das mudanças climáticas (*Nature Climate Change*). Se mantidos os padrões atuais de emissões, os custos à economia global seriam de US\$ 178 trilhões entre 2021 e 2070 (*Deloitte*).

Os custos humanos seriam ainda maiores, com o aumento de insegurança alimentar, falta de água, migrações em massa e piora nas condições de saúde e bem-estar, principalmente para as populações mais pobres.

É aí onde podemos investir o verdadeiro valor do petróleo da Foz do Amazonas: o da "exploração evitada". Ao abrir mão de queimá-lo, o Brasil de Lula e Marina Silva teria cacife para cobrar das outras nações que façam o

mesmo. E liderar um movimento a partir também do Sul mundial por uma governança global do clima mais justa, que equacione as devidas compensações – não só ambientais, mas também sociais.

Na Amazônia, não faltam alertas para um ponto de não retorno da floresta, que entraria em processo de desertificação. Sem a força do bioma, simulações apontam que a temperatura média do planeta subiria 0,25 °C.

Quem mais perde nesse cenário são os brasileiros, que sentiriam um aumento de 2 °C e redução de 25% das chuvas. Sem floresta, não tem água. Sem água, não tem agricultura nem geração hidrelétrica. Proteger a Amazônia, portanto, não é coisa de gringo; é interesse nacional. O cerne do debate sobre o petróleo na foz do Amazonas não é sobre licenciamento ambiental, um procedimento técnico. É sobre visão de futuro.

Nos próximos dois anos, o mundo precisa decidir o que fará com o que pactuamos em 2015, em Paris: a meta quase perdida de 1,5 °C de aumento da temperatura global em relação à era pré-industrial. Segundo o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU), será preciso reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, e 60% até 2035, para zerar as emissões líquidas em 2050. E,

para isso, nenhuma nova grande frente de exploração de combustíveis fósseis deve ser aberta.

Nem precisa encontrar mais petróleo. As reservas recuperáveis atingiram 1,624 trilhão de barris em 2022, mas apenas metade deverá ser consumido, se levarmos a sério o compromisso do 1,5 °C (*Rystad Energy*).

São dois anos para decidir o século. E uma janela de oportunidade única para o Brasil, como país-sede da Cúpula da Amazônia, da reunião do G20, em 2024, e da COP-30, em 2025, em Belém. Será decisiva porque fará o balanço de dez anos do Acordo de Paris. Aí vamos saber se queremos chegar a 2030 discutindo um aumento da temperatura de 1,5 °C a 2 °C ou de 2 °C a 2,5 °C.

Até porque se a escolha for para perpetuarmos numa festa em que deixamos acabar o gelo, pode queimar tudo, até o filme. Depois do nosso triste papel como a última nação a abolir a escravidão, queremos ser uma das últimas a abolir a queima de combustíveis fósseis?



Caetano Scannavino –

Coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria, membro da coordenação do Observatório do Clima e integrante da Rede

Folha de Empreendedores Socioambientais. Artigo publicado originalmente no Jornal Folha de São Paulo, em agosto de 2023.



PROFISSIONAL CONCURSADA/O



EDUCAÇÃO



VALORIZADA

CONCURSO PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO JÁ!

Funcionários/as da educação merecem as melhores condições de trabalho.

6 de Agosto DIA NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



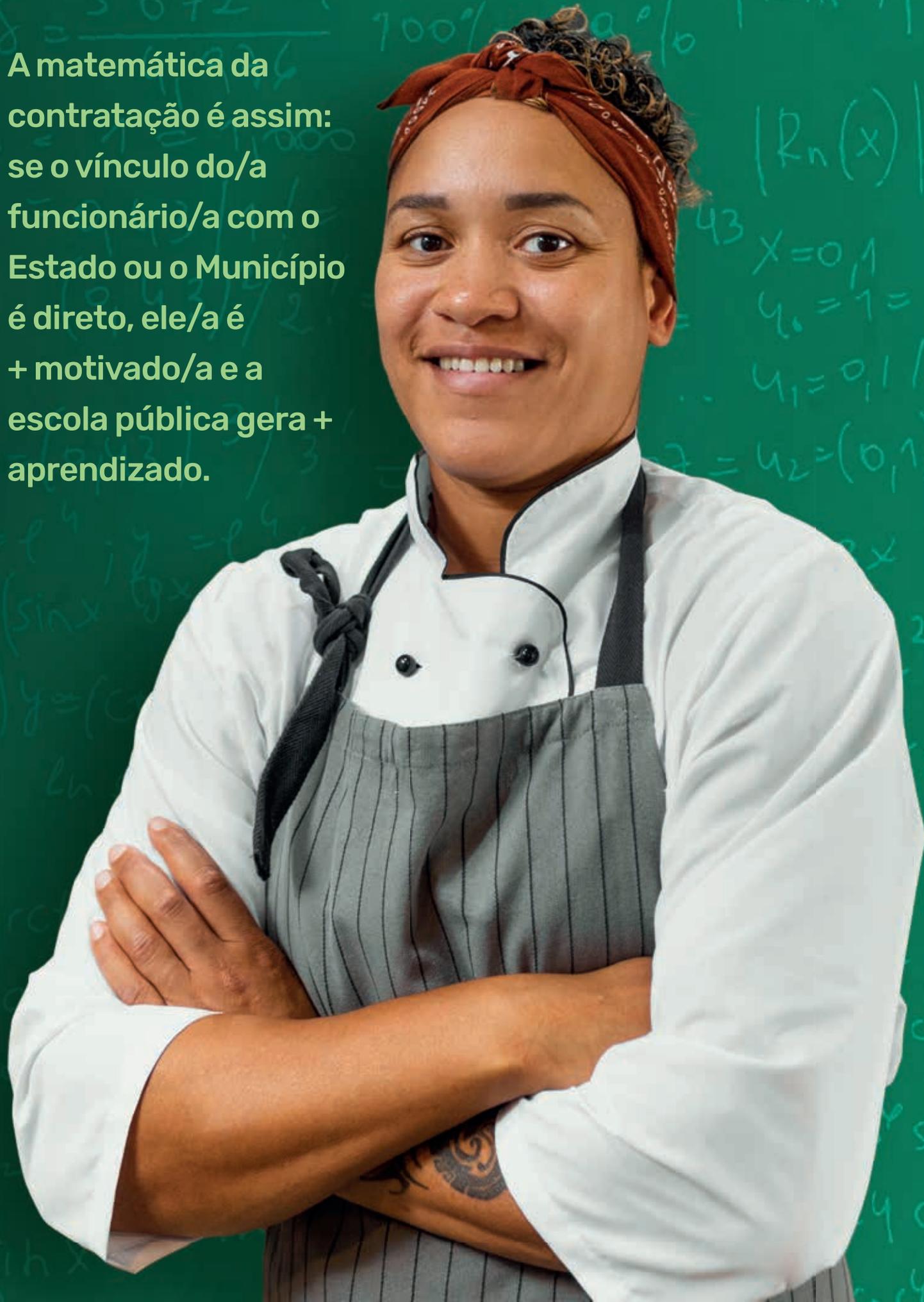
Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à



A matemática da contratação é assim: se o vínculo do/a funcionário/a com o Estado ou o Município é direto, ele/a é + motivado/a e a escola pública gera + aprendizado.





XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VENI COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**^{,00}
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**^{,00}
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

